



Governo dos Açores



União Europeia

FEADER

**DESENVOLVIMENTO
RURAL 2007-2013**

PRORURAL



Candidatura ao Programa LEADER - PRORURAL 2007-2013

ELD - ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

2008-09-09



Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio
ao Desenvolvimento Regional, S.A.
Rua Eng. José Cordeiro, nº 6
9500-311 Ponta Delgada
Telefone: 296209655
Telefax: 296209659
E-mail: dec@normazores.com

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	APRESENTAÇÃO DO GAL.....	4
3	DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO ABRANGIDO	5
4	ELD - ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO	7
4.1	CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA DO TERRITÓRIO.....	7
4.1.1	Caracterização Territorial dos Açores	7
4.1.2	Caracterização Geral da Zona de Intervenção	8
4.2	DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO (Análise SWOT).....	63
4.3	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....	68
4.3.1	Objectivos Estratégicos e Específicos	68
	Medidas e Acções a Desenvolver	73
4.3.2	Efeitos Esperados, Indicadores de Resultado e de Impacto	81
4.3.3	Articulação com as orientações estratégicas e outros programas com incidência no território.....	82
4.3.4	Acções de Cooperação.....	83
4.4	PLANO FINANCEIRO.....	85
4.5	DISPOSITIVOS DE EXECUÇÃO DA ELD.....	88

Anexo I - Indicadores de Caracterização Socioeconómica do Território

Anexo II - Objectivos Estratégicos

Anexo III - Matriz de Enquadramento Lógico da ELD

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na elaboração da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento, realizado com a colaboração da empresa Norma Açores, para efeitos de apresentação da candidatura da ASDEPR - Associação Para o Desenvolvimento e Promoção Rural, como entidade intermédia para a gestão das verbas da vertente “LEADER”, no âmbito do “PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013”, nos termos do Aviso de Concurso de 2008-08-13 da Autoridade de Gestão do PRORURAL, no âmbito da Portaria nº 66/2008, de 8 de Agosto.

A ASDEPR pretende apresentar candidatura para o desenvolvimento de acções no âmbito dos Eixos 3 e 4 do PRORURAL, para o período 2007-2013, tendo em conta a sua experiência adquirida na Gestão dos anteriores programas “Leader”.

Neste sentido, a elaboração da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento, tem como principal desígnio a construção e implementação de estratégias de desenvolvimento local, alinhadas com os novos paradigmas e modelos de competitividade. A concretização territorial destas apostas exige um esforço global de conhecimento das dinâmicas supramunicipais, das apostas regionais em articulação institucional entre administração (local, regional, nacional), tecido económico (clusters) e instituições de ensino, formação profissional e investigação.

A ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento proposta terá portanto viabilidade de concretização, estando, no entanto, condicionada pelo contexto intermunicipal e pelo contexto exterior, uma vez que estes poderão ser mais ou menos facilitadores do seu sucesso.

Assim sendo, com base no conhecimento da realidade local e respectiva análise SWOT, foi definida uma visão e linhas de orientação estratégicas, procurando enfatizar as possibilidades de cooperação e parcerias com outras instituições, numa perspectiva de fortalecimento do capital intelectual e desenvolvimento da economia, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das populações e criação de emprego.

A estratégia de desenvolvimento define uma bateria de indicadores de sucesso que se pretende vir a constituir como métrica de avaliação da implementação dos projectos mobilizadores para o território de intervenção, resultantes da análise e diagnóstico efectuado, a realidade local e do contexto de política nacional e internacional.

Por outro lado, prevê-se a criação de um sistema de acompanhamento e gestão da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento, no sentido de assegurar a sua exequibilidade, monitorização e controlo.

2 APRESENTAÇÃO DO GAL

A ASDEPR - Associação Para o Desenvolvimento e Promoção Rural, é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 4 de Julho de 1995.

Trata-se de uma associação de âmbito local, que tem como actividades a promoção e dinamização do mundo rural.

Actualmente, a ASDEPR conta com 15 associados, entre os quais 5 parceiros públicos (33,3%) e 10 parceiros privados (66,6%).

Parceiros Públicos:

- Câmara Municipal de Lagoa
- Câmara Municipal de Nordeste
- Câmara Municipal de Povoação
- Câmara Municipal de Ribeira Grande
- Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

Parceiros Privados:

- Associação Agrícola de São Miguel
- CASA - Centro de Apoio Social e Acolhimento
- Casa do Povo de Vila Franca
- Casa do Povo de Ponta Garça
- Casa do Povo de Furnas
- Casa do Povo de Fazenda
- Casa do Povo de Achada
- Casa do Povo de Pico da Pedra
- Centro Social e Cultural da Atalhada
- Santa Casa da Misericórdia de Santo António – Lagoa

3 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO ABRANGIDO

A Zona de Intervenção da ASDEPR compreende cinco dos seis concelhos da ilha de São Miguel: Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste, que correspondem à vertente Este da Ilha.

ZONA DE INTERVENÇÃO (ZI)



■ Zona de Intervenção da ASDEPR

A ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, tem por base desenvolver uma acção que contribua para a dinamização sócio-económica e cultural do seu território e incentivar um espírito de inter-ajuda e cooperação entre os territórios rurais, por forma a que haja uma conjugação de sinergias em prol de um projecto de desenvolvimento integrado e sustentável.

Neste sentido, delinea como estratégia de desenvolvimento uma intervenção com base no tema “A Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais”, que deverá ser abordado tendo presentes dois pontos fundamentais: o eixo prioritário de desenvolvimento da Região, definido pelas políticas regionais, e a necessidade de beneficiar e apoiar públicos alvo mais vulneráveis, como sejam as mulheres e os jovens.

Deste modo, o tema central deverá ser abordado e articulado com o vector turismo e serviços integrados no meio rural, valorizando os recursos endógenos, o património natural e cultural e o ambiente.

Com esta articulação é nossa convicção que se desenvolverá um leque diversificado de iniciativas que resultarão em novas dinâmicas e abordagens integradas, sustentadas por parcerias, à escala local, que potenciam as riquezas da zona e que converterão os pontos fracos em potencialidades,

construindo-se assim uma intervenção integrada e sustentável que oferecerá as condições necessárias para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A conjugação de esforços é imprescindível a uma boa intervenção e que se pretende pôr em prática a dois níveis:

- Promovendo a articulação e complementaridade entre o programa PRORURAL e outros sistemas de incentivo em vigor nos Açores;
- Incentivando a inter-ajuda entre os concelhos da ZI, e entre estes e outros territórios rurais.

Para concretizar no terreno a estratégia e respectivas acções estruturadas, torna-se necessário definir objectivos específicos e operacionais, por forma a atingir uma abordagem integrada, através de uma intervenção que vá de encontro às necessidades da ZI e de outros territórios rurais, suscitando a cooperação entre eles.

4 ELD - ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

4.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA DO TERRITÓRIO

Na caracterização sócio-económica foram tidos em conta os seguintes aspectos:

- Análise de contexto para o território, traçando a situação de partida e evolução recente registada ao nível da população, economia, mercado de trabalho e qualidade de vida;
- Caracterização dos aspectos relevantes referentes às áreas temáticas objecto de intervenção (actividade turística, micro-empresas, serviços, etc.), que sirva de suporte ao diagnóstico do território e fundamente a ELD.

Foram ainda elaborados os indicadores definidos no regulamento do PRORURAL, apresentado no anexo I.

4.1.1 Caracterização Territorial dos Açores

O arquipélago dos Açores compõe-se por nove ilhas, localizadas a 1300 Km a Oeste do continente português, no Oceano Atlântico, com uma área de 2247 km².

Demografia

A população dos Açores tem vindo a crescer, passando de 237.795 pessoas, em 1991, para 242.073 pessoas, em 2001.

População Residente Açores

Unidade: número de pessoas

Ilhas	População Residente					Dens. Pop. Hab./Km2
	1991	%	2001	%	1991/2001	
AÇORES	237.795	100,0%	241.763	100,0%	1,7%	103,8
SANTA MARIA	5.922	2,5%	5.578	2,3%	-5,8%	57,5
SÃO MIGUEL	125.915	53,0%	131.609	54,4%	4,5%	176,2
TERCEIRA	55.706	23,4%	55.833	23,1%	0,2%	139,6
GRACIOSA	5.189	2,2%	4.780	2,0%	-7,9%	78,4
SÃO JORGE	10.219	4,3%	9.674	4,0%	-5,3%	39,4
PICO	15.202	6,4%	14.806	6,1%	-2,6%	32,8
FAIAL	14.920	6,3%	15.063	6,2%	1,0%	88,6
FLORES	4.329	1,8%	3.995	1,7%	-7,7%	28,2
CORVO	393	0,2%	425	0,2%	8,1%	24,8

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 2001)

4.1.2 Caracterização Geral da Zona de Intervenção

Território e Superfície

A zona de intervenção compreende o território da ilha de S. Miguel, com excepção do concelho de Ponta Delgada, numa área de 514,87 Km².

População Residente

População Residente e Densidade Populacional por concelhos da Zona de Intervenção

Concelhos	Superfície (km ²)	População		Densidade Pop (hab/km ²)		Taxa Variação (%)
		1991	2001	1991	2001	1991/2001
Lagoa	45,56	12.900	14.126	283,1	310,1	9,5%
Nordeste	101,51	5.490	5.291	54,1	52,1	-3,6%
Povoação	110,30	7.323	6.726	66,4	61,0	-8,2%
Ribeira Grande	179,50	27.163	28.462	151,3	158,6	4,8%
V.Franca do Campo	78,00	11.050	11.150	141,7	142,9	0,9%
Total	514,87	63.926	65.755	124,2	127,7	2,9%

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

A população total da zona de intervenção era de 63.926 pessoas, em 1991, passando para 65.755 pessoas, em 2001, correspondendo a um crescimento de 2,9%.

No entanto, Verifica-se um crescimento dos concelhos mais próximos das cidades e centros urbanos (Ribeira Grande e Lagoa) e diminuição nos restantes concelhos.

A seguir, apresenta-se a distribuição da população residente por concelhos e freguesias:

População Residente no Concelho de Lagoa

Concelho /Freguesias	População Residente					Dens. Pop. Hab./Km2
	1991	%	2001	%	1991/2001	
Lagoa	12.900	100,0%	14.126	100,0%	10%	310,1
Água de Pau	3 074	23,8%	3 122	22,1%	2%	179,1
Cabouco	1 405	10,9%	1 736	12,3%	24%	319,7
N.S. Rosário	4 748	36,8%	5 401	38,2%	14%	912,3
Santa Cruz	3 235	25,1%	3 501	24,8%	8%	245,5
Ribeira Chã	438	3,4%	366	2,6%	-16%	145,2

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

Este Concelho, criado a 11 de Abril de 1522 por carta régia de D. João III, conta com 14.126 habitantes, de acordo com os censos do ano de 2001, e apresenta uma área global de 45.6 km², que se reparte por cinco freguesias:

- Nossa Senhora do Rosário
- Santa Cruz
- Água de Pau
- Cabouco
- Ribeira Chã

População Residente no Concelho de Nordeste

Concelho /Freguesias	População Residente					Dens. Pop. Hab./Km2
	1991	%	2001	%	1991/2001	
Nordeste	5.490	100,0%	5.291	100,0%	-4%	52,1
Achada	560	10,2%	503	9,5%	-10%	45,0
Achadinha	613	11,2%	561	10,6%	-8%	40,5
Lomba da Fazenda	905	16,5%	885	16,7%	-2%	59,7
Nordeste	1 318	24,0%	1 383	26,1%	5%	65,8
Nordestinho	1 059	19,3%	960	18,1%	-9%	38,8
Salga	560	10,2%	550	10,4%	-2%	64,3
Santana	475	8,7%	449	8,5%	-5%	61,3

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

Em 2002, a freguesia de Nordestinho foi dividida em:

- Algarvia
- Santo António de Nordestinho
- São Pedro de Nordestinho

Deste modo, actualmente o Concelho do Nordeste tem 10.151 hectares (101 km² aproximadamente) e é composto por 9 freguesias:

- Nordeste (Sede do Concelho)
- Lomba da Fazenda
- São Pedro
- Santo António
- Algarvia
- Santana
- Achada
- Achadinha
- Salga

População Residente no Concelho de Povoação

Concelho /Freguesias	População Residente					Dens. Pop. Hab./Km2
	1991	%	2001	%	1991/2001	
Povoação	7.323	100,0%	6.726	100,0%	-8%	61,0
Água Retorta	529	7,2%	497	7,4%	-6%	33,2
Faial da Terra	468	6,4%	377	5,6%	-19%	27,9
Furnas	1 692	23,1%	1 541	22,9%	-9%	45,5
N. Sra. Remédios	1 155	15,8%	1 072	15,9%	-7%	84,7
Povoação	2 481	33,9%	2 441	36,3%	-2%	93,1
Ribeira Quente	998	13,6%	798	11,9%	-20%	80,8

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

O concelho de Povoação é constituído por 6 freguesias, com um total de 6.726 habitantes, em 2001, menos 8%, em relação aos censos de 1991.

População Residente no Concelho de Ribeira Grande

Concelho /Freguesias	População Residente					Dens. Pop. Hab./Km2
	1991	%	2001	%	1991/2001	
RIBEIRA GRANDE	27.163	100,0%	28.476	100,0%	5%	158,6
Calhetas	595	2,2%	780	2,7%	31%	166,0
Fenais da Ajuda	1 251	4,6%	1 270	4,5%	2%	88,6
Lomba da Maia	1 053	3,9%	1 173	4,1%	11%	57,4
Lomba de São Pedro	329	1,2%	307	1,1%	-7%	44,2
Maia	1 878	6,9%	1 901	6,7%	1%	86,5
Pico da Pedra	1 785	6,6%	2 436	8,6%	36%	369,8
Porto Formoso	1 374	5,1%	1 268	4,5%	-8%	110,6
Rabo de Peixe	6 642	24,5%	7 401	26,0%	11%	436,2
Conceição (R. Grande)	1 818	6,7%	1 789	6,3%	-2%	141,1
Matriz (R. Grande)	3 905	14,4%	3 560	12,5%	-9%	328,3
Ribeira Seca	2 647	9,7%	2 576	9,0%	-3%	203,8
Ribeirinha	2 029	7,5%	2 116	7,4%	4%	119,7
Santa Bárbara	1 233	4,5%	1 264	4,4%	3%	99,8
São Brás	624	2,3%	635	2,2%	2%	66,9

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

O Concelho da Ribeira Grande tem a sua sede na Cidade com o mesmo nome, constituída pelas freguesias da Matriz, Conceição, Ribeirinha, Ribeira Seca e Santa Bárbara.

Para além das freguesias que constituem a cidade, o município abrange ainda as freguesias de Calhetas, Pico da Pedra, Rabo de Peixe [com a categoria de Vila], Porto Formoso, São Brás, Maia, Lomba da Maia, Fenais d'Ajuda e Lomba de São Pedro.

População Residente no Concelho de Vila Franca do Campo

Concelho /Freguesias	População Residente					Dens. Pop. Hab./Km2
	1991	%	2001	%	1991/2001	
Vila Franca do Campo	11.050	100,0%	11.150	100,0%	1%	142,9
Água d` Alto	1 560	14,1%	1 624	14,6%	4%	88,1
Ponta Garça	3 532	32,0%	3 577	32,1%	1%	121,7
Ribeira das Tainhas	775	7,0%	782	7,0%	1%	78,9
S. Miguel (V.F.Campo)	4 295	38,9%	4 047	36,3%	-6%	227,5
S. Pedro (V.F.Campo)	888	8,0%	1 120	10,0%	26%	451,6

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

Em 2002, a freguesia de S. Miguel foi dividida em duas freguesias:

- S. Miguel
- Ribeira Seca

Deste modo, actualmente o concelho de Vila Franca do Campo conta com 6 freguesias:

- Água d`Alto
- Ponta Garça
- Ribeira das Tainhas
- S. Miguel
- Ribeira Seca
- S. Pedro

População Residente por Idades

Concelhos	1991				2001				Taxa Variação (2001/1991)			
	Total	0-14 anos	15 - 64 anos	65 e mais	Total	0-14 anos	15 - 64 anos	65 e mais	Total	0-14 anos	15 - 64 anos	65 e mais
Laçoa	12.900	4.104	7.684	1.112	14.126	3.564	9.274	1.288	10%	-13%	21%	16%
Nordeste	5.490	1.290	3.243	957	5.291	1.041	3.302	948	-4%	-19%	2%	-1%
Povoação	7.323	1.897	4.395	1.031	6.726	1.449	4.309	968	-8%	-24%	-2%	-6%
Ribeira Grande	27.166	9.153	15.356	2.657	28.462	7.912	17.851	2.699	5%	-14%	16%	2%
Vila Franca do Campo	11.044	3.211	6.680	1.153	11.150	2.752	7.092	1.306	1%	-14%	6%	13%
Total	63.923	19.655	37.358	6.910	65.755	16.718	41.828	7.209	3%	-15%	12%	4%
	100%	31%	58%	11%	100%	25%	64%	11%				

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 1991 e 2001)

Tendo em conta a população, por idades, entre 1991 e 2001, verificou-se um envelhecimento da população residente, com um crescimento de 5% na população com mais de 65 anos, 12% na população entre 15 e 64 anos, tendo a população jovem (0 a 14 anos) diminuído 15%.

Índice de Dependência e Índice de Envelhecimento

Concelhos	2001				Índice de Dependência	Índice de Envelhecimento
	Total	0-14 anos	15 - 64 anos	65 e mais		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = ((2) + (4)) / (3)	(6) = (4) / (2)
Lagoa	14.126	3.564	9.274	1.288	52%	36%
Nordeste	5.291	1.041	3.302	948	60%	91%
Povoação	6.726	1.449	4.309	968	56%	67%
Ribeira Grande	28.462	7.912	17.851	2.699	59%	34%
Vila Franca do Campo	11.150	2.752	7.092	1.306	57%	47%
Total	65.755	16.718	41.828	7.209	57%	43%
	100%	25%	64%	11%		

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 2001)

Considerando o índice de dependência, verifica-se que, em média, o peso dos jovens (0 a 14 anos) e dos idosos (mais de 65 anos), representa 57% da população activa (15 a 64 anos).

O índice de envelhecimento é de 43%.

Taxa de Actividade e Taxa de Emprego

Concelhos	2001				Taxa de Actividade	População Empregada	Taxa de Emprego
	Total	0-14 anos	15 - 64 anos	65 e mais			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (3) / (1)	(6)	(7) = (6) / (3)
Lagoa	14.126	3.564	9.274	1.288	66%	5.575	60%
Nordeste	5.291	1.041	3.302	948	62%	1.859	56%
Povoação	6.726	1.449	4.309	968	64%	2.234	52%
Ribeira Grande	28.462	7.912	17.851	2.699	63%	9.970	56%
Vila Franca do Campo	11.150	2.752	7.092	1.306	64%	3.755	53%
Total	65.755	16.718	41.828	7.209	64%	23.393	56%
	100%	25%	64%	11%			

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 2001)

Em 2001, verificou-se que a taxa de actividade era de 64% e a taxa de emprego de 56%.

Taxa de Desemprego Total

Concelhos	População Residente				População Desempregada	Taxa de Desemprego
	Total	0-14 anos	15 - 64 anos	65 e mais		
Lagoa	14.126	3.564	9.274	1.288	460	5%
Nordeste	5.291	1.041	3.302	948	236	7%
Povoação	6.726	1.449	4.309	968	178	4%
Ribeira Grande	28.462	7.912	17.851	2.699	909	5%
Vila Franca do Campo	11.150	2.752	7.092	1.306	479	7%
Total	65.755	16.718	41.828	7.209	2.262	5%
	100%	25%	64%	11%		

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 2001)

A taxa de desemprego, segundo os censos de 2001 era de 5%.

Desemprego por Género

Concelhos	População Desempregada				
	Total	Homens	%	Mulheres	%
Lagoa	460	143	31%	317	69%
Nordeste	236	38	16%	198	84%
Povoação	178	32	18%	146	82%
Ribeira Grande	909	281	31%	628	69%
V.Franca do Campo	479	76	16%	403	84%
Total	2.262	570	25%	1.692	75%

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 2001)

Tendo em conta o género, a população desempregada feminina representa 75% do total de desempregados.

Nível de Instrução

Concelhos	Total	Analfabetos c/		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino Superior	
		10 ou mais anos		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres						
Lagoa	13.116	720	531	2.863	2.711	1.331	1.140	769	841	669	770	14	28	298	431
Nordeste	5.008	333	310	1.075	1.104	505	418	310	314	171	246	0	12	75	135
Povoação	6.236	421	380	1.345	1.375	575	521	384	414	255	288	2	5	102	169
Ribeira Grande	25.400	1.630	1.348	5.645	4.471	2.999	2.768	1.509	1.426	1.064	1.349	33	37	387	734
V.Franca do Campo	10.675	809	655	2.537	2.330	937	881	585	609	401	512	20	34	133	232
Total	60.435	3.913	3.224	13.465	11.991	6.347	5.728	3.557	3.604	2.560	3.165	69	116	995	1.701
		7.137		44.692						5.725		185		2.696	
	100%	12%		74%						9%		0,3%		4%	

Fonte: SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores (censos 2001)

Quanto ao nível de instrução, verifica-se que 74% da população possui o ensino básico, 9% possui o ensino secundário, 4% possui o ensino superior, existindo 12% da população que são analfabetos.

Rede de Educação

Educação Pré-Escolar / Jardins de Infância

A educação pré-escolar, destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos.

Nos Açores, as redes de educação pré-escolar, é constituída por estabelecimentos das redes pública e privada.

Redes de Educação Pré-Escolar: Jardins de Infância e Infantários das IPSS e dos Estabelecimentos de Educação e ensino Particular/Cooperativo e solidário da R.A-çores		
Instituição	Rede	Designação
Lagoa		
EBI de Água de Pau	Pública	1 escola
EBI da Lagoa	Pública	8 escolas
Centro Social de N.º Sr.ª Rosário (Infantário)	IPSS	JI O Pardal
Centro Social Paroquial da Ribeira Chã	IPSS	JI A Flor
Centro Social e Paroquial de Cabouco (infantário)	IPSS	JI O Ninho
Nordeste		
EBS do Nordeste	Pública	8 escolas
Casa de Trabalho e Protecção à Juventude Feminina de Nordeste	IPSS	JI Alegria
Povoação		
EBS da Povoação	Pública	9 escolas
Fundação M.ª Isabel do Carmo Medeiros (Infantário)	IPSS	JI Fundação M.ª Isabel do Carmo Medeiros
Ribeira Grande		
EBI da Maia	Pública	7 escolas
EBI Rabo de Peixe	Pública	5 escolas
EBI Ribeira Grande	Pública	6 escolas
Centro Social Paroquial do Pico da Pedra	IPSS	JI Pde. António F. Mendonça
St.ª Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	IPSS	JI Casa Leo
Centro de Apoio Social e Acolhimento - Casa Bernardo M. S. Estrela (infantário)	IPSS	JI A Toca
Centro de Bem -Estar Infantil e Juvenil Jacinto Ferreira Cabido (Infantário)	IPSS	JI Jacinto Ferreira Cabido
Casa do Povo de Rabo de Peixe (Infantário)	IPSS	JI Centro de Apoio à Criança I
Casa do Povo de Rabo de Peixe (Infantário)	IPSS	JI Centro de Apoio à Criança II
Centro Social e Paroquial de S. Pedro	IPSS	JI Centro Social e Paroquial de S. Pedro – Ribeira Seca
Vila Franca do Campo		
EBS V.F.Campo	Pública	7 escolas
Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo (Infantário)	IPSS	JI O Cogumelo
Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo	IPSS	JI Os Cordeirinhos

Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário (por concelho)

Lagoa

Escola Secundária da Lagoa

Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Ribeira Grande

Escola Secundária da Ribeira Grande

Escola Profissional de Ribeira Grande

Vila Franca do Campo

Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo
Escola Profissional de Vila Franca do Campo

Povoação

Escola Básica e Secundária da Povoação
Escola Profissional Monsenhor João Maurício do Amaral Ferreira

Nordeste

Escola Básica e Secundária de Nordeste
Escola Profissional de Nordeste

Acção Social

O Instituto de Acção Social é o instituto público que actua nas áreas sociais, possuindo serviços locais de âmbito concelhio, promovendo assim a proximidade junto das populações.

Compete às Divisões de Acção Social:

- Inventariar as necessidades e recursos existentes no âmbito da sua área de actuação fazendo o diagnóstico das situações de carência social; consciencialização dos indivíduos e das famílias, com vista à elaboração de projectos que levem à aceleração do processo do desenvolvimento Sócio - Económico;
- Promover a participação das populações nas soluções dos seus problemas no quadro do processo de desenvolvimento local e regional;
- Cooperar com as instituições particulares de solidariedade social, nos termos dos protocolos e acordos de cooperação e ou de gestão celebrados;
- Acompanhar o funcionamento das instituições de apoio social com fins lucrativos, bem como verificar as condições para a concessão de alvarás.

A sua intervenção abrange os seguintes Serviços e Equipamentos Sociais:

- Família, crianças e jovens
- Pessoas com deficiência
- Pessoas idosas
- Situação de carência Sócio - Económica

REDES DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

A necessidade da contínua modernização das políticas sociais do Instituto de Acção Social, bem como da adequação dos seus instrumentos de intervenção social, introduzem o objectivo estratégico de conseguir a sua operacionalização tendo por base um conjunto de projectos a desenvolver em parceria com Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Mediante a implementação desses projectos, são criadas unidades estratégicas de intervenção que, sob a forma de Redes de Intervenção Especializada Cooperada ou de Redes Locais de Desenvolvimento Social, elaborarão e aplicação sistemas de informação, monitorização, validação e operacionalização de respostas, coordenados pelo Instituto de Acção Social em cooperação com os seus parceiros institucionais.

➤ Rede de Suporte Sócio-Cultural à Mobilidade Humana

A Rede de Suporte Sócio-Cultural à Mobilidade Humana de São Miguel procura promover um conjunto de respostas de suporte sócio-cultural que permitam, através da cooperação entre diferentes entidades do Governo Regional, Governo da República, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Organizações Não Governamentais, contribuir para a integração efectiva dos Cidadãos Repatriados, Imigrantes em exclusão, Sem-Abrigo e outros públicos em mobilidade na comunidade açoriana.

➤ Rede de Apoio Integrado à Pessoa com Necessidades Especiais

A Rede de Apoio Integrado à Pessoa com Necessidades Especiais procura promover um conjunto de respostas no sentido da melhoria das acessibilidades e do respeito pela diferença, através da defesa dos direitos individuais do cidadão portador de deficiência, intervindo na eliminação de barreiras, na promoção da educação enquanto via para a empregabilidade, desenvolvimento pessoal e participação cívica activa.

➤ Rede de Apoio Integrado às Amas

A Rede de Apoio Integrado às Amas tem por objectivo, mediante uma certificação específica, que enquadre legalmente a actividade, promover o acompanhamento contínuo de Amas, permitindo a actualização dos seus conhecimentos através da formação em exercício e de acções de capacitação complementares, nomeadamente quanto ao desenvolvimento da criança e das atitudes pedagógicas dos adultos, bem como transmitir noções práticas de cuidados com crianças.

Esta Rede tem como entidade operacional um Centro de Promoção, Formação e Acompanhamento coordenado pela Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado no Desenvolvimento Sócio-Educativo do Instituto de Acção Social em estreita colaboração com educadoras de infância a tempo integral que realizam apoio técnico contínuo e itinerante.

➤ Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco

Esta Rede tem como objectivo a promoção da inclusão social de mulheres em situação de risco físico, psicológico e social, fomentando a igualdade de género e de oportunidades na comunidade e o exercício da cidadania efectiva, incrementando a capacitação e o empreendedorismo profissional.

Acordos de Cooperação por Áreas de Serviços Sociais

A prossecução da acção social na Região Autónoma dos Açores baseia-se em grande parte nas actividades desenvolvidas pelas instituições particulares de solidariedade social e outras associações congéneres sem fins lucrativos que são a expressão viva da livre capacidade de organização dos cidadãos em tomo dos objectivos de entre-ajuda e solidariedade para com os mais desfavorecidos social e espiritualmente.

Existe um conjunto de regras gerais norteadoras das relações de cooperação a estabelecer entre a sua direcção regional de Segurança Social, directamente ou através do Instituto de Acção Social, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social que potenciem os meios à disposição da acção social na realização do bem estar sócio-económico, cultural e espiritual dos nossos concidadãos mais carenciados.

Contudo, a Secretaria Regional fá-lo com base na forte convicção de que é à sociedade civil organizada que compete em primeira linha desenvolver acções de solidariedade social cabendo consequentemente aos poderes públicos facultar os apoios técnicos, materiais e financeiros necessários à potenciação daquelas acções.

A cooperação consubstancia-se, de harmonia com os fins próprios de cada instituição, em actividades de protecção social à infância e juventude, à família, comunidade e população activa, aos idosos e deficientes, bem como em outras acções cuja indução seja autorizada por despacho do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Acordos de Cooperação

Equipamentos Sociais por Áreas/concelhos (2006)	LAGOA			Nordeste			Povoação			R. Grande			V. F. Campo			Total		
	Nº	Capacidade	Frequencia	Nº	Capacidade	Frequencia	Nº	Capacidade	Frequencia	Nº	Capacidade	Frequencia	Nº	Capacidade	Frequencia	Nº	Capacidade	Frequencia
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	17	517	441	10	218	190	14	405	350	45	1.641	1.547	10	531	521	96	3312	3049
Creches	2	82	72				1	35	30	7	187	187	2	60	56	12	364	345
Jardins de Infância	3	75	63	1	25	15	1	35	18	9	300	293	2	75	69	16	510	458
A.T.L.'s	9	342	288	8	175	170	11	335	302	22	1.072	988	5	396	396	55	2320	2144
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil																0	0	0
Lar de Jovens	2	18	18	1	18	5				3	24	24				6	60	47
Centro Acolhimento Temporário																0	0	0
Centro Animação Rua	1									1	40	40				2	40	40
Centro de Atendimento/Acompanhamento Social										1						1	0	0
Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial													1			1	0	0
Amas										1	18	15				1	18	15
Ludoteca Ambulante							1			1						2	0	0
SOS Criança																0	0	0
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	3	118	83	4	25	23	3	100	40	10	35	35	5	70	55	25	348	236
Ajuda Alimentar a Carenciados																0	0	0
Alberg Noct/Refeitório/Lavandaria																0	0	0
Apartamento Reinserção Social																0	0	0
Centro Acolhimento Sem Abrigo				1	10	8										1	10	8
Centro de Atendimento/Acompanhamento Social	1			1						3			2	30	25	7	30	25
Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial							1			1						2	0	0
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental																0	0	0
Centro Acolhimento Temporário Mulheres (Casa Abrigo)																0	0	0
Centro Comunitário	1	70	35	1	15	15				1	30	30	2	40	30	5	155	110
Centro de Atendimento																0	0	0
Centro de Promoção e Emprego Social	1	48	48	1			2	100	40	4			1			9	148	88
SOS Mulher																0	0	0
Unidade de Vida Protegida										1	5	5				1	5	5
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	0	0	0	0	0	0	1	15	15	4	95	78	0	0	0	5	110	93
Apartamento Reinserção Social (Doença Mental)																0	0	0
Centro de Actividades Ocupacionais							1	15	15	3	60	43				4	75	58
Centro Atendimento/Acompanhamento Pessoas com Deficiência																0	0	0
Residência para Deficientes																0	0	0
Transporte Adaptado para Deficientes										1	35	35				1	35	35
4 - TERCEIRA IDADE	8	191	160	14	440	365	9	201	144	15	620	597	8	284	254	54	1736	1520
Serviço de Ajuda Domiciliária	1	36	30	1	110	105	2	84	62	2	214	214	1	60	50	7	504	461
Centro de Dia	2	37	27	1	12	7	2	35	16	2	120	112				7	204	162
Centro de Convívio	5	118	103	10	208	156	4	62	46	8	209	204	6	190	172	33	787	681
Unidade de Cuidados Continuados (Centro Geriátrico)*																0	0	0
Lares e Recolhimentos				1	40	33	1	20	20	3	77	67	1	34	32	6	171	152
Preatadores de Cuidados a Idosos																0	0	0
Unidade Móvel de Reabilitação-SAD				1	70	64										1	70	64
TOTAIS CONCELHIOS	28	626	684	28	663	578	27	721	549	74	2.391	2.257	23	885	830	180	5506	4898

Acordos de Cooperação com Instituições Existentes por concelho

Lagoa

Centro Animação e Solidariedade Social da Lagoa - A Taipa
 Centro Social Cultural da Atalhada
 Centro Social Cultural do Cabouco
 Centro Social Paroquial do Cabouco
 Centro Social Paroquial de Nossa Senhora do Rosário
 Centro Social Paroquial da Ribeira Chã
 Centro Sócio Cultural de São Pedro
 Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa

Nordeste

Associação Sol Nascente
Casa do Povo de Nordestinho
Casa de Trabalho e Protecção à Juventude Feminina de Nordeste
Santa Casa da Misericórdia de Nordeste

Povoação

Casa do Povo de Água Retorta
Casa do Povo de Furnas
Centro de Economia Solidária Pescadores da R. Quente
Centro Social Cultural da Lomba do Botão
Centro Social Paroquial do Faial da Terra
Centro Social Paroquial das Furnas
Centro Social Paroquial de São Pedro da Lomba do Cavaleiro
Centro Social Paroquial da Lomba do Loução
Centro Social Paroquial da Lomba do Pomar
Centro Social Paroquial da Ribeira Quente
Cooperativa Celeiro da Terra
Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros
Obra Social Madre Maria Clara
Santa Casa da Misericórdia da Povoação

Ribeira Grande

Associação Crescer em Confiança
Casa do Povo de Fenais da Ajuda
Casa do Povo da Lomba da Maia
Casa do Povo da Maia
Casa do Povo do Pico da Pedra
Casa do Povo da Ribeira Grande
Casa do Povo de Rabo de Peixe
Casa do Povo da Ribeirinha
Centro Infantil e Juvenil Jacinto Ferreira Cabido
Centro Social Paroquial da Maia
Centro Social Paroquial de São Pedro do Pico da Pedra
Centro Social Paroquial de Santa Bárbara
Centro Social Paroquial de São Pedro da Ribeira Seca
Lar Augusto César Ferreira Cabido
Centro de Apoio Social e Acolhimento Bernardo M. S. da Estrela
Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia
Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

Vila Franca do Campo

Associação Garça Taíinha
Casa do Povo de Vila Franca do Campo
Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo
Cooperativa de Artesanato e Solidariedade Social Senhora da Paz
Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo

Passemos agora à caracterização do território de abrangência do GAL, considerando os sectores económicos.

AGRICULTURA

A caracterização do sector agrícola do território de intervenção, teve em conta os dados estatísticos disponíveis, tendo-se considerado, por isso, os dados totais da ilha de S. Miguel.

Área e Produção dos Principais Produtos Agrícolas

Produtos Agrícolas	S. Miguel	
	Sup.	Produção
Batata do Cedro	266,5	3.085,1
Batata do Tarde	483,8	12.440,9
Beterraba Sacarina	405,0	18.654,0
Chá	36,2	111,5
Milho Grão	66,1	331,8
Milho Forragem	981,2	40.178,8
Tabaco	45,2	125,2
	2.284,0	74.927,3
Vinho	221,8	2.678,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

Nota: Superfície (hectares); Produção (toneladas);

Produção Vinho (hectolitros)

A partir das estatísticas disponíveis sobre as principais produções agrícolas, destaca-se a produção de milho forragem para alimentação de animais, tendo sido produzido, em 2005, 40.178,8 toneladas.

Há a considerar ainda outras culturas mais industriais, nomeadamente a produção de beterraba, para além da produção de batata.

Por outro lado, a produção de vinho em S. Miguel, em 2005, foi de 2.678,9 hectolitros.

Leite de vaca entregue nas fábricas

Ilhas	2005
Açores	499.801.457
São Miguel	310.730.794
Terceira	129.214.522
Graciosa	7.468.535
São Jorge	28.979.054
Pico	8.346.612
Faial	14.047.525
Flores	925.653
Corvo	88.762
Total	999.602.914

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

Considerando a produção de leite na ilha de S. Miguel, em 2005, foram entregues nas fábricas 310.730.794 litros de leite.

Este sector é uma das actividades mais importantes para o sector agrícola da ilha de S. Miguel.

Principais produtos lácteos (Açores)

Principais Produtos Lácteos	2005
	Toneladas
Leite em Pó	14.782
Gordo	6.566
Meio Gordo	2.209
Magro	6.006
Manteiga	6.568
Yogurtes	309
Com Aditivos	309
Açucarados	0
Total	36.749

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

Como principais produtos lácteos podemos referir o leite, manteiga, yogurtes, cuja produção total atingiu 36.749 toneladas, em 2005.

Produção por tipo de Queijo

Produção de Queijo por Tipo	2005
	Toneladas
Fresco	127
Pasta Mole	111
Pasta Semimole	427
Pasta Semidura	27.089
Pasta Dura	91
Fundido	0
Total	27.845

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

O queijo produzido atingiu 27.845 toneladas, em 2005.

Saída de Gado Bovino em Carcaça para o Exterior dos Açores

Ilhas	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	203	3.321	5.754	3.677	5.789
São Miguel	203	2.900	4.650	2.124	2.588
Terceira	0	402	1.104	1.553	2.497
São Jorge	0	0	0	0	246
Pico	0	0	0	0	0
Faial	0	0	0	0	366
Flores	0	0	0	0	92
Total	2.407	8.625	13.511	9.358	13.583

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

Considerando a produção de carne, verifica-se que esta tem tido um crescimento na sua comercialização para o exterior dos Açores.

Em 2005, foram exportadas 13.583 toneladas de gado bovino em carcaça.

Saída de Gado Bovino Vivo para o Exterior dos Açores

Por ilhas		2005
Açores	Nº Cabeças	46.735
	Kgs	12.221.842
Santa Maria	Nº Cabeças	2.120
	Kgs	659.566
São Miguel	Nº Cabeças	17.645
	Kgs	3.723.686
Terceira	Nº Cabeças	8.894
	Kgs	2.827.188
Graciosa	Nº Cabeças	1.700
	Kgs	610.211
São Jorge	Nº Cabeças	5.247
	Kgs	1.142.455
Pico	Nº Cabeças	6.607
	Kgs	1.626.727
Faial	Nº Cabeças	2.902
	Kgs	1.775.634
Flores	Nº Cabeças	1.396
	Kgs	395.851
Corvo	Nº Cabeças	224
	Kgs	60.524
Total	Nº Cabeças	93.470
	Kgs	25.043.684

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

Da ilha de S. Miguel, em 2005, foram exportadas 17.645 cabeças de gado bovino vivo.

Gado Bovino Abatido nos Matadouros dos Açores

Gado Abatido	Cabeças	Toneladas
Bovinos	32.610	8.147
Suínos	79.839	5.688
Ovinos	324	5
Caprinos	991	12
Total	113.764	13.852

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2006 (dados estimados para 2005)

Considerando o total de gado abatido nos matadouros dos Açores, em 2005, foram abatidas 113.764 cabeças, no total de 13.852 toneladas.

Qualificação dos Produtos Agrícolas

A produção tradicional de um país ou região representa um património sócio-económico com elevado potencial de desenvolvimento, uma vez que na actualidade constitui uma vantagem comparativa e competitiva.

Nos países da União Europeia, os produtos tradicionais podem merecer de um reconhecimento específico com protecção jurídica, desde que, para o efeito, exista comprovação geográfica e humana associada às características únicas destes produtos.

O reconhecimento comunitário, acima de tudo, oferece aos consumidores um reforço nas garantias ao consumo em aspectos como a origem geográfica, a especificidade e a tipicidade do saber fazer, tradicional, ligada aos produtos. A via legislativa possibilita aos consumidores uma maior protecção e segurança alimentar em relação ao valor intrínseco e à identidade de cada produto.

Existem as seguintes qualificações dos produtos:

- Denominação de Origem Protegida (DOP)
- Indicação Geográfica Protegida (IGP)

A seguir, apresentam-se os produtos regionais dos Açores que estão certificados.

Denominação de Origem Protegida (DOP)



A Denominação de Origem Protegida (DOP) é o nome de um produto cuja produção, transformação e elaboração ocorrem numa área geográfica delimitada com um saber fazer reconhecido e verificado.

Nos Açores existem os seguintes produtos regionais com Denominação de Origem Protegida:

- ✓ **Queijo São Jorge**
- ✓ **Queijo do Pico**
- ✓ **Ananás dos Açores / S. Miguel**
- ✓ **Maracujá de S. Miguel / Açores**
- ✓ **Mel dos Açores**

Para além destes produtos, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pela resolução nº 10/2005/A, de 14 de Novembro, recomendou ao Governo Regional dos Açores a dinamização de iniciativas de carácter

organizativo e de apoio técnico junto dos produtores, em ordem à sua habilitação para a criação de denominações de origem protegida ou indicação geográfica protegida, consoante o caso, aos seguintes produtos:

- ✓ **Leite dos Açores**
- ✓ **Chá de S. Miguel**
- ✓ **Meloa da Graciosa**
- ✓ **Alho da Graciosa**
- ✓ **Queijo da Graciosa**
- ✓ **Meloa de Santa Maria**
- ✓ **Banana dos Açores**

A qualificação destes produtos históricos permite evidenciar uma das estratégias de viabilização para a agricultura dos Açores, que passa por uma activa aplicação da riqueza dos nossos recursos endógenos agro-alimentares. Como tal, os produtos tradicionais devem ser parte integrante de uma verdadeira política de desenvolvimento rural regional capaz de os afirmar nos mercados exteriores à Região.

A seguir, apresentamos, os produtos certificados da ilha de S. Miguel:

➤ **Ananás dos Açores / S. Miguel**



Entidade Certificadora: Comissão Técnica de Certificação e Controlo (Despacho Normativo nº 259/93, de 30 de Dezembro)

Agrupamento detentor da DOP: Profrutos -Cooperativa de Produtores de Frutas, Produtos Hortícolas e Florícolas de São Miguel.

O Ananás dos Açores/S. Miguel (*Ananas comosus* L. Merrill, variedade Cayene) é produzido em estufas de vidro utilizando técnicas de cultivo tradicionais: aplicação de "fumos" e utilização de "camas quentes" à base de matéria vegetal. Ao fim de um período de dois anos, desde a plantação até à colheita, obtém-se um fruto de qualidades ímpares de aroma e sabor. A cultura foi introduzida em S. Miguel por volta de 1840-50, sendo comercializado na Europa há mais de um século.

Algumas características do produto: Fruto de forma cilíndrica, ligeiramente afusado, com casca laranja forte e polpa amarela. A polpa do ananás apresenta uma coloração amarela translúcida, um sabor agri-doce sui generis e um aroma muito agradável.

➤ **Maracujá de S. Miguel / Açores**



Fruto proveniente da espécie *Passiflora edulis sims*, possuindo um perfume intenso, forte e característico.

É um fruto de casca dura, rugosa, de cor púrpura uniforme e polpa amarelada clara com grainhas. Tem forma ovóide, com diâmetro de 5 cm a 6 cm, casca coriácea, lisa e brilhante. A polpa é muito sumarenta, ligeiramente ácida e com pequenas sementes pretas, ovais e achatadas, envolvidas em película viscosa e sumarenta. O fruto tem 52% de casca, 34% de polpa e 14% de semente. O seu peso é variável, pois os frutos pesam, no Verão, de 24g a 28g e, no Inverno, de 35g a 40g.

➤ **Mel dos Açores**



Mel de néctar obtido principalmente a partir dos néctares de incenso e multifloral. Pode apresentar-se com características diferentes (em 2 variantes):
- Mel de Incenso — mel de cor variável, indo de quase incolor a levemente amarelado, com odor delicado, perfumado, com sabor típico a incenso e com consistência fluida, resultante do néctar recolhido das flores da espécie *Pittosporum undulattum* Hort, que faz parte da flora espontânea e existe em todas as ilhas dos Açores. Este mel é produzido entre os meses de Janeiro e Abril.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA (IGP)



Na Indicação Geográfica Protegida (IGP), a relação com o meio geográfico subsiste pelo menos numa das fases da produção, transformação ou elaboração. Além disso, o produto pode beneficiar de uma boa reputação tradicional.

Nos Açores existe a “**Carne dos Açores**” como produto regional com Indicação Geográfica Protegida (IGP).



A Carne dos Açores é proveniente das carcaças de bovinos nascidos, criados e abatidos na Região Autónoma dos Açores, segundo os moldes tradicionais.

As suas características estão, assim, intimamente ligadas, por um lado, às condições edafo-climáticas dos Açores, propícias à criação de gado em pastagens naturais e, por outro, aos métodos ancestrais de alimentação e condução do gado seguido pelas populações da região.

Trata-se de uma carne tenra, de cor rosada, com ligeira infiltração de gordura a nível intramuscular, grande suculência, textura macia, detentora de um aroma e sabor característicos, próprios e inerente ao modo de produção tradicional, nomeadamente à forma de pastoreio e ao tipo de alimentação.

A Carne dos Açores subdivide-se nas seguintes modalidades:

Vitelo(a) - carcaças até 180 kg e cujo abate ocorra entre os 5 e os 9 meses

Novilho(a) - carcaças com mais de 180 kg e cujo abate ocorra até aos 24 meses de idade, ou carcaças de novilhas com mais de 175 kg e cujo abate ocorra até aos 30 meses de idade ou até a primeira parição

Vaca – carcaças com mais de 200 kg e cujo abate ocorra a partir da parição.

A alimentação das crias é efectuada de modo tradicional, com leite materno, pelo menos até cerca dos 3 meses. A partir desta idade é fornecida uma alimentação tradicional, constituída com erva das pastagens naturais ou melhoradas. Até à idade em que são abatidos, os animais são alimentados com pastagens, sendo muitas vezes complementada a sua alimentação com silagens e fenos obtidos nas próprias pastagens e com concentrados energéticos e proteicos.

A área geográfica de produção compreende todas as ilhas dos Açores.

Entidade Certificadora: Comissão Técnica de Certificação e Controlo (Despacho Normativo nº 259/93)

A qualidade da carne de bovino Açoriana deve-se ao facto de este ser criado em regime de pastoreio livre e de ser alimentado à base de pasto e de produtos de origem vegetal, sem aditivos. Embora este facto lhe confira um crescimento mais lento, fornece-lhe por sua vez um maior desenvolvimento muscular em detrimento do desenvolvimento das gorduras. Os animais têm um peso médio entre os 250 a 300 Kgs, com um teor de gordura inferior a 12% e com uma relação de cologéneo por proteína inferior a 3.5%.

Outros Produtos Regionais

Igualmente importante nos Açores, como no resto de Portugal, é a produção e consumo de carne suína. Os enchidos fumados (chouriços e morcelas), característicos das ilhas, são confeccionados de modo tradicional. Prepara-se um recheio utilizando-se carne de porco com temperos e enche-se as tripas naturais do porco, depois de bem enxaguadas com molho de limão. Para além disso, os preparados de porco, como os Torresmos, o Pé de Torresmo e o Debulho, ocupam lugar relevante na produção tradicional do Arquipélago dos Açores.

Comercialização

A reduzida dimensão e fragmentação do mercado regional, associado à limitada capacidade de produção das unidades produtivas açorianas, obstaculiza a obtenção de economias de escala e, conseqüentemente, impede as empresas locais de concorrer em condições de igualdade com as suas congéneres do continente Português e com outros produtos importados.

Estratégias a desenvolver:

Considerando a importância dos produtos agrícolas para o desenvolvimento económico das zonas rurais, há que considerar as seguintes estratégias a desenvolver:

- Valorização comercial dos produtos agrícolas, através do apoio à modernização das estruturas de transformação e comercialização e as acções promocionais, visando a acreditação dos produtos junto do consumidor;

- Incentivar as parcerias de raiz cooperativa, bem como estratégias empresariais integradas;
- Incentivar o estabelecimento de parcerias no âmbito dos planos de marketing e respectivos circuitos de comercialização;
- Realizar acções de formação e informação, visando a orientação da produção agrícola para o mercado, designadamente pela melhoria da qualidade, pela promoção comercial e pela inovação.
- Incentivar a promoção e certificação de produtos como forma de reforçar os mecanismos de valorização da qualidade.
- Apoiar a modernização das estruturas de transformação e comercialização, com vista a melhoria da competitividade dos produtos, atendendo à importância do factor qualidade, à inovação e à protecção ambiental.

Tecido Empresarial**Número de Empresas por Ramo de Actividade**

Secção	Ramo de Actividade	Lagoa	Nordeste	Povoação	Ribeira Grande	Vila Franca do Campo	Total	%
A+B	Agricultura, Produção Animal, Caça e Sivilcultura + Pesca	229	157	192	666	223	1467	23%
C	Indústrias Extractivas	0	0	0	5	0	5	0,1%
D	Indústrias Transformadoras	51	26	63	142	43	325	5%
E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	0	0	1	0	0	1	0%
F	Construção	295	219	336	1102	382	2334	37%
G	Com. Grosso / Retalho; Rep. Automoveis, Motociclos, Bens de Uso Pessoal e Doméstico	233	83	108	523	138	1085	17%
H	Alojamento e Restauração	100	34	50	187	57	428	7%
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações	29	15	28	69	24	165	3%
J	Actividades Financeiras	10	4	5	20	3	42	1%
K	Actividades Imobiliárias, Alugueres, Serviços prestados às Empresas	48	19	35	128	23	253	4%
M-O	Educação, Saude e Acção Social, Outras Actividades de Serviços Colectivos sociais e pessoais	31	17	50	123	34	255	4%
TOTAL		1026	574	868	2965	927	6360	100%
		16%	9%	14%	47%	15%	100%	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2006

Nos concelhos da Zona de Intervenção da ASDEPR, em 2006, existiam 6.360 empresas (empresas em nome individual e sociedades).

Considerando os sectores de actividade das empresas existentes, verifica-se que os sectores com maior número de empresas são a Construção (37%), Agricultura, Produção Animal e Pescas (23%) e o Comércio (17%).

Densidade Territorial e Micro-Empresas

Concelhos	Proporção de Estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço	Densidade de Estabelecimentos Nº/Km ²
Lagoa	85%	4,9
Nordeste	85%	0,7
Povoação	87%	0,9
Ribeira Grande	84%	2,6
V. Franca do Campo	89%	1,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2006

Considerando a dimensão das empresas, verifica-se um grande peso das Micro-empresas, que representam entre os 84% e 89%, do total das empresas, nos vários concelhos de intervenção da ASDEPR.

Por outro lado, verifica-se a menor densidade empresarial no concelho de Nordeste, com apenas 0,7 estabelecimentos por Km², sendo o concelho de Lagoa, onde se verifica a maior densidade empresarial, com 4,9 estabelecimentos por Km².

Serviços de Apoio às Empresas

As empresas no meio rural têm custos de formalidade, que constituem o constrangimento à criação de micro e pequenas empresas.

Entre os custos de formalidade mais importantes há a salientar o apoio técnico e económico, para a definição e licenciamento de projectos de investimento, bem como no apoio à certificação e controlo de qualidade dos produtos agrícolas.

Deste modo, são de grande importância para as zonas rurais a existência dos seguintes serviços de apoio:

- Centros de informática, possibilitando a ligação à Internet;
- Pequenas estruturas de apoio e informação às empresas do comércio, indústria e serviços;

Criação de micro-empresas

No que respeita à criação de novas empresas, no futuro, pode-se considerar novos negócios ligados às actividades de recreação e lazer, bem como outras actividades não agrícolas, ligadas ao ordenamento e conservação da natureza, às actividades de transformação de produtos agrícolas, serviços de apoio à produção biológica, promoção e comercialização do agro-turismo e bioturismo.

Turismo

Nº de Estabelecimentos Hoteleiros

Estabelecimentos Hoteleiros	Nº Unidades	
	S. Miguel	%
Hotelaria Tradicional	36	39%
Pousadas	1	1%
Turismo Rural	26	28%
Parques de Campismo		
Casas Hóspedes	3	3%
Alojamentos Particulares	27	29%
Total	93	100%

Fonte: INE, SREA (dados de 2007)

Considerando toda a ilha de S. Miguel, existem 93 estabelecimentos hoteleiros, dos quais 26 são de Turismo Rural.

Nº de Camas nos Estabelecimentos Hoteleiros

Estabelecimentos Hoteleiros	Nº Camas	
	S. Miguel	%
Hotelaria Tradicional	4.495	95%
Pousadas	x	
Turismo Rural	202	4%
Parques de Campismo	x	
Casas Hóspedes	43	1%
Alojamentos Particulares	x	
Total	4.740	100%

Fonte: INE, SREA (dados de 2007)

Tendo em conta o número de camas, do total de 4.740 camas, 202 são de Turismo Rural (4%).

Nº de Dormidas e Taxa de Ocupação

Estabelecimentos Hoteleiros	Nº Dormidas e Taxa de Ocupação	
	S. Miguel	Taxa Ocupação
Hotelaria Tradicional	843.107	47,7%
Pousadas	13.355	
Turismo Rural	2.759	16%
Parques de Campismo	11.666	
Casas Hóspedes	196	3,3%
Alojamentos Particulares	341	
Total	871.424	

Fonte: INE, SREA (dados de 2007)

Na ilha de S. Miguel verificou-se, em 2007, 871.424 dormidas, das quais 2.759, em estabelecimentos de Turismo Rural.

Nº de Pessoas ao Serviço

Estabelecimentos Hoteleiros	Nº Pessoas ao Serviço	
	S. Miguel	%
Hotelaria Tradicional	1.079	99%
Pousadas	x	
Turismo Rural	13	1%
Parques de Campismo	x	
Casas Hóspedes	1	0,1%
Alojamentos Particulares	x	
Total	1.093	100%

Fonte: INE, SREA (dados de 2007)

O total de pessoas ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros da ilha de S. Miguel é de 1.093 pessoas.

Nº de Estabelecimentos Hoteleiros por Concelho

Estabelecimentos Hoteleiros	Nº Unidades						Total	%
	Lagoa	Nordeste	Povoação	R. Grande	V.F.Campo			
HOTELARIA TRADICIONAL	5	4	1	2	2	2	14	42%
Hotel	1	0	1	0	0	2	4	10%
Hotel Apartamentos	2	3	0	0	0	0	5	
Estalagem	0	1	0	0	0	0	1	3%
Apartamento Turístico	1	0	0	1	0	0	2	5%
Hotel Residencial	0	0	0	0	0	0	0	0%
Pensão	1	0	0	1	0	0	2	5%
Pousadas	0	0	0	0	0	0	0	0%
Pousada	0	0	0	0	0	0	0	0%
Turismo Rural	4	8	4	6	1	1	19	58%
Casas de Campo	4	8	3	1	0	0	12	31%
Turismo rural	0	0	1	1	0	0	2	5%
Agro-Turismo	0	0	0	2	0	0	2	5%
Turismo de Aldeia	0	0	0	0	0	0	0	0
Turismo de Habitação	0	0	0	2	1	0	3	8%
Total	9	12	5	8	3	3	33	100%

Fonte: INE, SREA (dados de 2007)

Considerando os estabelecimentos hoteleiros existentes nos concelhos de intervenção, existe um total de 33 estabelecimentos.

Apresenta-se, a seguir, a listagem por concelho e categoria dos estabelecimentos hoteleiros:

**Lista de Estabelecimentos Hoteleiros
por concelhos**

Lagoa	Nordeste	Povoação	R. Grande	V. F. Campo
Caloura Resort Hotel		Terra Nostra Garden Hotel Hotel do Mar		Hotel Bahia Palace Hotel Marina
Hotel Apartamento Mirante Hotel Apartamento do Rosário				
Apart. Turístico Quinta Altamira			Apart. Turístico Encosta no Mar	
	Estalagem dos Clérigos			
Pensão Arcanjo			Pensão Ribeira Grande	
C.Campo Casa da palha C.Campo Rocha Quebrada C.Campo Casa do Tanque C.Campo Casa do Termo	C.Campo Casa D'Alfaias C.Campo Casa da Bilha C.Campo Casa da Figueira C.Campo Casa Tamanca C.Campo Casa do Açor C.Campo Casa do Forno C.Campo Casa do Frade C.Campo Casa do Traje	C.Campo Casa do Recato C.Campo Ribeira Quente C.Campo Casa dos Barcos Casa Domus Adepta	C. Campo A Quinta Quinta das Areias Herdade Sra.das Graças Quinta Santana Casa das Calhetas Solar de L'além	Convento de São Francisco Quinta dos Curimbás

Fonte: Direcção Regional do Turismo

O Turismo no Espaço Rural, começa a ter alguma expressão nos vários concelhos, com 24 unidades de alojamento.

Esta aposta resulta da manutenção dos patrimónios cultural e arquitectónico e a preservação do ambiente, forma que tem permitido a recuperação de casas tradicionais e moinhos para alojamento.

Artesanato

O artesanato tem grande relevância para as populações rurais, consistindo numa actividade não agrícola, complementar para os rendimentos das famílias.

A definição do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal constitui um dos eixos de acção do PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, que integra a Região Autónoma dos Açores, representada pela Secretaria Regional da Economia através do Centro Regional de Apoio ao Artesanato.

O Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril, que aprovou o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, define claramente os conceitos de actividade artesanal, artesão e unidade produtiva artesanal, prevendo o respectivo processo de reconhecimento e criando o Registo Nacional do Artesanato.

O referido diploma nacional, cuja implementação na Região cabe ao Centro Regional de Apoio ao Artesanato, constitui, pois, um instrumento jurídico de base que enquadra, define e regula o conjunto de actividades económicas associadas às artes e ofícios, contribuindo para a dignificação do sector e seus profissionais e para o reconhecimento do papel fundamental que podem assumir na dinamização da economia e do emprego a nível local.

A Portaria n.º 1193/2003, de 13 de Outubro, veio depois definir a tramitação processual relativa ao reconhecimento de artesãos e de unidades produtivas artesanais e fixar as regras de organização e funcionamento do Registo Nacional do Artesanato. Este processo ficou igualmente regulamentado na Região pela Portaria nº 20/2004 de 18 de Março.

Considerando a regulamentação existente, passemos a apresentar as unidades produtivas artesanais reconhecidas no território de intervenção:

Unidades Produtivas Reconhecidas com Comercialização Directa

Actividades por concelho	Nome / Designação
<p style="text-align: center;">Lagoa</p> Trabalhar o osso, Chifre, Fabrico de Miniaturas Cestaria Cerâmica Figurativa Fabrico de Pão, Bolos, Doçaria e Confeitos	Arte e Mar João António A. Andrade Arsénio Manuel B. Moniz Carlos Alberto C. Pacheco António Augusto da C. Morais José A.M. Vieira e Filhos & Filhos Lda. Megasil (cooperativa Produção alimentar)
<p style="text-align: center;">Ribeira Grande</p> Cerâmica Tecelagem Marcenaria, Arte de entalhador Arte de Trabalhar o Ferro Fabrico de Registos e similares	O Quadrado O Linho Oficina de Artesanato Ferro e Arte Carlos Manuel P. Teixeira
<p style="text-align: center;">Nordeste</p> Confecção de Bonecos em folha de Milho	A Folha de Milho
<p style="text-align: center;">Povoação</p> Trabalhar escamas de Peixe Fabrico de bolos, doçaria, Licores, bordados Fabrico de Miniaturas	Pétalas do Mar Cooperativa Celeiro da Terra José Lázaro Pimentel
<p style="text-align: center;">Vila Franca do Campo</p> Confecção de Bordados, Olaria	Coop. Artesanato e S. Social Sra. da Paz Associação Garça Tainha

Fonte: Centro Regional de Apoio ao Artesanato

Existem 18 unidades produtivas reconhecidas, possuidoras do título designado por "*carta de unidade produtiva artesanal*", relativamente a uma ou mais actividades artesanais, respeitando as seguintes condições:

- Ter como responsável pela produção um artesão possuidor da carta de artesão;
- Ter, no máximo, nove trabalhadores para o total das actividades desenvolvidas;
- Desenvolver uma actividade constante no Repertório de Actividades Artesanais.

Para além das Unidades Produtivas Reconhecidas existem outros artesãos, pelo que passamos a analisar em maior detalhe o artesanato existente em cada um dos concelhos.

LAGOA

O artesanato representativo do Concelho de Lagoa divide-se em diversas categorias:

- Olaria
- Bonecreiros
- Artesanato de Folha de Milho
- Marcenaria
- Talha
- Marfim, Ossos e Similares
- Cestaria
- Artesanato de Flores de Escamas de Peixe
- Capacharia
- Tecelagem
- Bordados

Olaria

A sua loiça apresenta uma decoração muito característica, e é vulgarmente conhecida por “Loiça da Lagoa”.

Actualmente, é considerada o ex-líbris do Concelho.

Bonecreiros

Já faz parte das tradições do Concelho da Lagoa, o fabrico de bonecos de presépio.

O processo de fabrico destes bonecos obedece a determinadas regras e técnicas, visto ser um processo artesanal, sendo que as peças são únicas e inigualáveis.

Artesãos de Folha de Milho

Este tipo de artesanato é característico da freguesia da Ribeira Chã. São criados manualmente bonecos de diversos tamanhos, a partir da folha do milho.

Marcenaria

Uma boa forma de compreender a cultura e entidade açoriana e através da madeira, visto ter sido com esta que os colonizadores construíram os seus utensílios.

Desta forma, desde o século XVI, que os marceneiros constroem mobiliário de feição popular com as madeiras existentes na ilha.

No século XVIII, surgiu a tão característica “cómoda açoriana”.

Talha

Sendo a madeira uma das formas mais interessantes de compreender a cultura e a própria entidade dos açorianos, desde muito cedo, que os açorianos evidenciaram naturais competências para trabalhá-la. Entalharam as mais

diversas formas no seu mobiliário tradicional, nas cangas ou nos retábulos das suas igrejas, esculpindo figuras sacras. Ainda lavram figuras humanas, evocações mitológicas, concheados, cordames e festões.

Marfim, Osso e Similares

Esta é uma arte de marinheiros, que mostra a intensificação dos açorianos com o mar. Os nossos artesãos conseguem dar forma, de finasensibilidade, a esses materiais ósseos, usando utensílios extremamente simples, como a faca ou agulha de cozer velas.

Os artesãos lagoenses exprimem a sua criatividade esculpindo materiais como brincos, colares, anéis, pulseiras e outros objectos de adorno. Todos estes recortados e trabalhados adornos conferem beleza a quem os utiliza. Há, ainda, quem prefira esculpir objectos miniaturas, em que o tema dominante é a fauna marinha, peixes de todas as espécies, mas predominantemente cetáceos plenos de movimento, dando-lhes aspectos quase reais. Os materiais ósseos podem também ser transformados em objectos utilitários, como agulheiros, furadores para bordar, cachimbos, facas, bengalas, boquilhas, entre muitos outros exemplos.

Cestaria

Água de Pau é a zona do Concelho onde se encontram mais cesteiros em actividade, produzindo cestos, baús, arcas, estantes e outras peças de mobiliário.

Artesãos de Flores de Escamas de Peixe

Uma das principais características do povo açoriano é a imaginação. Os Artesãos de Flores de Escamas de Peixe são um exemplo de criatividade ilimitada e habilidade manual inata. No entanto, é importante salientar a paciência e sensibilidade destes artesãos no domínio das suas técnicas.

As escamas de peixe, tomam a forma de flores, que se agrupam em ramos com fio de canotilho e que são adornadas de prateados fios e pequenas pérolas. Sendo este um produto emblemático do artesanato açoriano.

Capacharia

Na Vila de Água de Pau, havia grande quantidade de linho de russo (espadana) e do próprio linho. Existiam diversas fábricas que produziam cordas e paralelamente a estas cordas, os capachos. Estes capachos eram utilizados para secar os cereais.

Actualmente, para além dos capachos de porta de diversos tamanhos, também são produzidos capachos decorativos para o chão, a parede e cordas.

Tecelagem

Esta tradição nasceu com a necessidade de produzir vestuário para a família, tarefa incumbida à “dona de casa”.

Foram as tecedeiras de Água de Pau que iniciaram o fabrico de trajas folclóricas por volta dos anos quarenta e cinquenta.

Bordados

O Concelho da Lagoa não foge à grande tradição dos bordados do arquipélago dos Açores. O bordado a cheio reproduz, sobre o fundo imaculado do linho, delicados motivos florais, entre eles, trevos, cravinas e avencas, bordados a dois tons de azul. Estes bordados evocam o meio ambiente das ilhas e denotam influências de origem oriental.

A seguir apresenta-se a estimativa do número de Artesãos não reconhecidos, por tipo de actividades desenvolvidas:

- “Bonecreiros” (2)
- Artesãos de Folhas de Milho (2)
- Marceneiros (3)
- Artesãos (Talha) (2)
- Artesãos (Marfim, osso e similares) (1)
- Cesteiros (3)
- Artesãos (Flores de Escamas de Peixe) (2)
- Capacheiros (2)
- Tecedeiras (6)
- Bordadeiras (26)

NORDESTE

O Artesanato tem aqui algum peso e encontra-se representado por uma instituição ímpar nos Açores que é a Casa de Trabalho do Nordeste, célebre pelas suas colchas e mantas regionais tecidas em lã e linho em teares manuais.

Na freguesia da Salga mais propriamente na loja da Dona Tibéria (Folha de Milho) pode encontrar figuras e flores em folha de milho, miolo de figueira e escamas de peixe e chapéus em palha de junco confeccionadas manualmente pela própria proprietária e filha.

Em todo o concelho estima-se existirem 19 artesãos individuais ou em associação.

POVOAÇÃO

Também no concelho da Povoação há a destacar as artes e ofícios de trabalhar escamas de peixe, fabrico de miniaturas, para além dos seus típicos bordados.

RIBEIRA GRANDE

Não se afastando muito do que se verifica nos restantes concelhos, o artesanato do Concelho da Ribeira Grande mostra-se bastante diversificado e rico na sua confecção, tais como a feitura de 'sertãs' (Ribeira Seca), 'capachos de corda' (Pico da Pedra), 'peneiras', 'bandeirinhas do Espírito Santo', 'picotado em papel de seda' e 'brinquedos em madeira' (Matriz).

VILA FRANCA DO CAMPO

A olaria constitui a actividade artesanal mais típica deste concelho. A "louça da vila", como é conhecida popularmente, exhibe peças singelas em barro vermelho não vidrado, que até há bem poucos dias eram utilizadas no quotidiano das gentes locais: como o pote, o púcaro e a púcara, o alguidar, a infusa, a tijela, etc.

Para além da olaria registam-se as rendas e bordados (Vila Franca do Campo e Ponta Garça), os trabalhos em vime (Ponta Garça), as bonecas em pano ou folha de milho (Ponta Garça), as mantas de retalhos tecidas no tear (Ribeira das Tainhas e Ponta Garça), miniaturas em madeira (Ribeira das Tainhas) e flores artificiais em penas ou escamas de peixe (Vila Franca do Campo, Ribeira das Tainhas e Ponta Garça).

PATRIMÓNIO CULTURAL e Ambiental

Associações Culturais

Lagoa

Centro Social e Cultural do Cabouco

Nordeste

Grupo de Cantares de Nordeste

Associação Cultural e Desportiva da Escola Básica e Secundária do Nordeste

Ribeira Grande

Teatro Ribeiragrandense

Vila Franca do Campo

Existe o grupo de cantares “As Campesinas”, da Casa de Povo de Ponta Garça, fundado em Outubro de 2002 com cerca de 40 elementos e 9 instrumentistas.

Sociedades Filarmónicas

Lagoa

Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural de Água de Pau

Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva

Sociedade Filarmónica Lira Do Rosário

Nordeste

Filarmónica Eco Edificante

Filarmónica Imaculada Conceição

Filarmónica Estrela do Oriente

Povoação

Filarmónica Nossa Senhora Penha de França

A Sociedade Filarmónica Sagrado Coração de Jesus

Sociedade Harmónica Furnense

Sociedade Filarmónica União e Amizade

Filarmónica Marcial Troféu

Ribeira Grande

Filarmónica ‘Lira do Norte’, Rabo de Peixe

Filarmónica ‘Estrela do Norte’, Fenais d’Ajuda.

Filarmónica ‘Lira do Espírito Santo’, Maia.

Filarmónica ‘Aliança dos Prazeres’, Pico da Pedra.

Filarmónica ‘Triunfo’, Matriz.

Filarmónica ‘Progresso do Norte’, Rabo de Peixe.

Filarmónica ‘Nossa Senhora das Victórias’, Santa Bárbara

Vila Franca do Campo

Filarmónica Marcial União Progressista

Filarmónica Lealdade

Filarmónica Senhora da Piedade

Orquestra Ligeira de Vila Franca do Campo

Grupos Folclóricos

Nordeste

Grupo Folclórico São Jorge

Povoação

Grupo Folclórico Nossa Senhora Penha de França

Grupo Folclórico de São Pedro da Lomba do Cavaleiro

Grupo Folclórico de S. Paulo da Ribeira Quente

Grupo Folclórico das Camélias

Ribeira Grande

O Concelho com os seus vários grupos bem que tem vindo a recuperar e a activar tradições de cantares e de balhos.

Deste modo, existem:

-As *Despensas* dos 'homens do mar' e as dos 'homens da terra', da freguesia de Rabo de Peixe.

- Grupo Folclórico da Casa do Povo de Porto Formoso

- Grupo Folclórico a Gaivota (Rabo de Peixe)

- Grupo Folclórico da Casa do Povo de Ribeira Grande

- Grupo Folclórico Sereias do Norte

Associações Desportivas

Nordeste

Centro Desportivo e Recreativo do Nordeste

Fazenda Sport Clube

Clube Desportivo de Santo António Nordestinho

União Desportiva do Nordeste

Museus

Lagoa

Museu das Lavadeiras (Água De Pau)

Museu do Presépio Açoreano (Santa Cruz)

Museu do Alambique (Rosário)

Museu Etnográfico do Cabouco (Santa Cruz)

Museu de Arte Sacra e Etnografia (Ribeira Chã)

Museu Agrícola e Quintal Etnográfico (Ribeira Chã)

Museu da Cerâmica Vieira (Rosário)

Nordeste

Museu do Nordeste

Povoação

O **Museu do Trigo**, localizado entre a Lomba do Alcaide e a Lomba do Loução, é um espaço de cultura onde podemos apreciar os instrumentos outrora utilizados na Ceifa do Trigo. Dispõe de uma exposição permanente de painéis que retratam e explicam as técnicas do cultivo, da colheita e da debulha do trigo e do uso da palha nas lombas do Concelho da Povoação, bem como noutras zonas da Ilha de S. Miguel.

Para além disso, manteve-se em funcionamento a pequena cozinha e a área de armazenamento do Trigo, desta feita enquanto espaço de convívio e de vendas do Museu, possibilitando, a todos quantos visitam, a aquisição de produtos regionais confeccionados no Concelho da Povoação.

Ribeira Grande

Museu da Emigração

A 9 de Setembro de 2005 inaugurou-se o museu da emigração açoriana, nas antigas instalações do Barracão de Peixe, com a exposição “Os Cabral de Mello. New Bedford 1890 – 1930, sob a responsabilidade do Dr. José de Mello.

Museu Municipal da Ribeira Grande

O Museu Municipal está instalado no bonito solar setecentista de São Vicente Ferrer. Para além da carpintaria, o museu dispõe da latoaria, da barbearia, dos teares, do presépio movimentado, da arqueologia e da cerâmica.

Vila Franca do Campo

Museu de Vila Franca do Campo
Núcleo Museológico de Olaria - S. Pedro
Núcleo Museológico da Moagem - R. Seca

Bibliotecas

Lagoa

Biblioteca Municipal

Povoação

Biblioteca Municipal do Concelho da Povoação

É um centro de informação local onde o utilizador pode encontrar com facilidade todo o tipo de conhecimentos. É por assim dizer uma força viva ao serviço da Educação, da Cultura e da Informação.

Sedeada num edifício considerado Património Histórico, a Biblioteca Municipal funciona, desde 26 de Junho de 1993, naquela que foi a primeira sede dos Paços do Concelho. Os livros que conserva foram

legados, na sua maioria, pela Fundação Calouste Gulbenkian, pelo que se pode atestar o seu valor.

No mesmo edifício funciona um espaço de Multimédia equipado com cinco computadores igualmente ao seu dispor, mediante reserva prévia.

Vila Franca do Campo

Centro Cultural e Biblioteca Bento de Góis

Gastronomia São Miguel

Pratos Típicos:

Fervedouros, Polvo Guisado em vinho de cheiro, Caldo Azevedo, Couves Solteiras, Torresmos em Molho de Fígado, Linguiça com Inhames, Canárias da Ribeira Grande, Caldeiradas de Peixe, Ensopado de Trutas, Arroz de Lapas, Lapas de Molho Afonso e o famoso Cozido das Furnas.

Mariscos: Lagostas, Cavacos, Lapas, e Caranguejos.

Doçaria:

Bolos Lêvedos, Queijadas de Vila Franca, Massa Sovada, Confeitos da Ribeira Grande, Biscoitos de Amêndoa, Barriga de Freira e as Malassadas.

Queijos: Queijo branco de cabra e Queijo da Ilha.

Vinhos e Licores: Vinho de Cheiro, Licor de Maracujá e Licor de Ananás.

O Chá e o Ananás cultivados em São Miguel fazem parte integrante das mesas micalenses.

Consideremos agora, a gastronomia típica por concelhos.

Lagoa

A gastronomia do Concelho de Lagoa, baseada nos produtos da terra e do mar, satisfaz as delícias do apreciador de boa mesa. O “caldo verde”, a “sopa de feijão”, os “torresmos de molho de fígado”, as “lapas de molho Afonso” e a “caldeirada de peixe” são pratos tradicionais da Lagoa. O pão de trigo ou de milho, de fabrico caseiro, ou o “bolo de sertã” servem para acompanhar o prato principal.

Os doces têm cariz popular e destaca-se a típica “massa sovada”, o “arroz doce” e as “malassadas”.

Nordeste

No concelho de Nordeste há a destacar o prato típico do “Capão”, para além das “Sopas do Espírito Santo”, “Sopa de funcho”, “Fervedouro”, “Desfeita e descaída”, “Molho de fígado”, “Morcela com ananás”, “Caldeirada”, “Pão caseiro”, “Bolo de forno”, “Massa sovada”.

Povoação

Quanto à gastronomia deste concelho o destaque vai naturalmente para o famoso «cozido das Furnas».

Cozido nas caldeiras naturais da Lagoa das Furnas, é um dos pratos mais emblemáticos da ilha. Os vários ingredientes são colocados numa panela, que é enterrada no solo, junto às caldeiras, levando cerca de 5 a 6 horas a serem cozinhados pelo calor natural emanado da actividade vulcânica subjacente. Provar o cozido das Furnas no próprio local é uma experiência vivamente aconselhada a quem visita a ilha.

Na doçaria típica destacam-se os “Bolos Lêvedos” e as “Fofas da Povoação”.

Ribeira Grande

Os apreciadores da boa mesa podem encontrar neste Concelho a típica ‘sopa de feijão vermelho’, o ‘fervedouro’ [sopa: água, banha de porco, batata grada, cebola, couve repelada, sal, talos de couve e hortelã], a ‘morcela’ e o ‘chouriço’ [condimentados enchidos de porco], as ‘favas guisadas’, os ‘torresmos de vinho [tinto] de alhos’, os ‘chicharos com molho de vilão’, as ‘lapas de molho afonso’, e o ‘cozido à portuguesa’, nas Caldeiras.

O “Bolo da Sertã”, feito de farinha de milho e cozido numa sertã de barro. O pão de trigo ou de milho, de fabrico caseiro, são extremamente apetitosos.

Para acompanhar beba o ‘vinho de cheiro’, produzido a partir de uma casta americana e de perfume característico.

No capítulo da doçaria, os ‘confeitos’ da Ribeira Grande ocupam o lugar de honra. Trata-se de um doce feito à base de açúcar e funcho, cuja receita se manteve durante muitos anos em segredo, guardando assim toda a sua originalidade.

Os dias de festa ainda fazem surgir outros doces de nomes inspirados e de origem conventual: ‘biscoitos de aguardente’, ‘súplicas’, ‘suspiros de açúcar’ e ‘barriga de freira’.

De cariz popular e tradicional, os ‘quadrados de abóbora’ são muito apreciados.

Há de salientar a existência da Confraria do Chá Porto Formoso, criada em 08 de Fevereiro de 2006.



A Confraria do Chá Porto Formoso tem por objectivo reunir os estudiosos, apreciadores e amigos do Chá com a finalidade de promover e estimular a cultura e o hábito da sua degustação.

Insígnia: Uma fita de cor verde que sustenta uma medalha, cunhada com o botão e primeiras folhas do rebento do chá, símbolo da colheita fina e dos chás de grande qualidade.

Traje: Constituído por capa de cor azul-escuro, inspirada no traje regional Açoriano "capote e capelo", com o emblema da Confraria bordado na parte da frente do lado esquerdo. Inclui ainda um chapéu de feltro azul, com um design baseado no chapéu de palha tradicional da apanhadeira de chá.

Cerimónia de Entronização: Abril

Vila Franca do Campo

No concelho de Vila Franca do Campo, como gastronomia típica podemos destacar os seguintes pratos: "Açorda de chicharros", "Bifes de Albacora", "Cavala Recheada", "Polvo Guisado", "Língua Estufada", "Carne de Porco com Feijão", "Desfeito de Porco de Ponta Garça", "Favas Guisadas".

Na doçaria típica destacam-se as famosas "Queijadas da Vila".

Património Construído

Em todo o território de intervenção existe um vasto património arquitectónico, com imóveis de grande importância histórica e cultural, que passamos a descrever por concelho.

Lagoa

O Concelho da Lagoa possui um valioso património arquitectónico, rico em exemplares que abrangem os séculos XVII, XVIII e XIX.

Lista dos imóveis classificados no concelho da Lagoa					
Imóvel classificado	Categoria	Tipologia	Freguesia	Grau	Ano e diploma de classificação
Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, Remédios	Arquitectura religiosa	Igreja	Santa Cruz	IIP	Resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro.
Solar da Atalhada	Arquitectura civil	Habitação	Rosário	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Convento dos Frades (Convento de São Francisco da Lagoa)	Arquitectura religiosa	Igreja	Santa Cruz	IIP	Resolução n.º 55/2001, de 17 de Maio.
Ermida de Nossa Senhora do Cabo	Arquitectura religiosa	Capela	Rosário	IIP	Resolução n.º 106/2001, de 2 de Agosto.
Casa da Rocha Quebrada (Estrada Regional), Atalhada	Arquitectura civil	Habitação	Rosário	IIM	Resolução n.º 188/98, de 6 de Agosto.
Casa e ermida de Nossa Senhora do Pópulo, Pópulo de Cima)	Arquitectura civil	Habitação	Rosário	IIM	Resolução n.º 103/2000, de 6 de Julho.
Calçada e mirante da Quinta da Laranja da Canada dos Padres	Arquitectura civil	Habitação	Rosário	IIM	Resolução n.º 23/2002, de 10 de Janeiro.
Solar da Rocha Quebrada, na Rua da Rocha Quebrada, Atalhada	Arquitectura civil	Habitação	Rosário	IIM	Resolução n.º 173/2002, de 24 de Outubro.

Igreja Matriz (Convento dos Franciscanos), construída no século XVI

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia

Igreja de Santa Cruz

Igreja de N. Sra. dos Anjos

Igreja do Cabouco

Igreja de Ribeira Chã
 Igreja de Atalhada
 Ermida de N. Sra. do Cabo
 Ermida de N. Sra. dos Remédios
 Ermida de N. Sra. Monte Santo
 Largo de Santiago e Ermida de São Tiago
 Edifício dos Paços do Concelho
 Solar do Fisher
 Casa típica da Atalhada
 Chafariz
 Fontanário da Praça da República
 Edifício da Casa do Povo de Água de Pau
 Convento da Caloura
 Casa da Estrela

NORDESTE

Lista dos imóveis classificados no concelho de Nordeste					
Imóvel classificado	Categoria	Tipologia	Freguesia	Grau	Ano e diploma de classificação
3 moinhos de água na Ribeira dos Caldeirões (moinhos da Câmara)	Arquitectura civil	Azenha	Achada	IIM	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril, e n.º 7 do artigo 58.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto.
2 moinhos de água na Ribeira do Guilherme (moinhos da Câmara)	Arquitectura civil	Azenha	Nordeste	IIM	Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril, e n.º 7 do artigo 58.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto.
Casa de habitação e anexos sita na Rua David Dias Pimentel	Arquitectura civil	Habitação	Algarvia	IIM	Resolução n.º 199/2002, de 26 de Dezembro.

A Igreja Matriz de S. Jorge, situada junto à Câmara Municipal de Nordeste, é o mais importante e belo templo do concelho. A Matriz foi construída no século XV e sofreu várias obras de restauro, quer por necessidade de ampliações quer por catástrofes naturais como foi o caso do sismo de 1522. A sua última modificação ocorreu no ano de 1976. Este templo possui uma fachada interessante, retábulo do altar-mor airoso, talha dourada em fundo branco, realce para a alternância de cor do basalto nas pilastras das três naves. Tem, ainda, imagens do extinto convento franciscano.

A Ponte de Sete Arcos, edificada em 1883, apresenta traços românicos e uma das mais belas e grandiosas de S. Miguel.

O **edifício dos Paços do Concelho**, construído no local onde foi demolido um pequeno edifício que servia de "Casa da Câmara", constitui a mais importante obra do Concelho em termos de arquitectura civil do século XIX, com remodelações e ampliação em 1993.

POVOAÇÃO

Lista dos imóveis classificados no concelho da Povoação					
Imóvel classificado	Categoria	Tipologia	Freguesia	Grau	Ano e diploma de classificação
Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Praça Velha, Mãe de Deus	Arquitectura religiosa	Igreja	Vila da Povoação	IIP	Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro.
Capela de Nossa Senhora das Vitórias, Lagoa das Furnas	Arquitectura religiosa	Igreja	Furnas	IIP	Resolução n.º 187/98, de 6 de Agosto e Resolução n.º 56/2001, de 17 de Maio.
Sequóia (<i>Sequoia sempervirens</i> (D. Don.) Endlicher), Lugar do Torninho	Árvore classificada	Árvore	Furnas	IIM	Despacho publicado no Diário do Governo, II série, n.º 238, de 14 de Outubro de 1970, e alínea a) do artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto.
Casa e Parque das Murtas, Vale das Furnas	Arquitectura civil	Habitação	Furnas	IIM	Resolução n.º 144/97, de 31 de Julho.
Edifício dos Paços do Concelho, Mãe de Deus,	Arquitectura civil	Edifício público	Vila da Povoação	IIM	Resolução n.º 25/98, de 29 de Janeiro.

RIBEIRA GRANDE

Lista dos imóveis classificados no concelho da Ribeira Grande					
Imóvel classificado	Categoria	Tipologia	Freguesia	Grau	Ano e diploma de classificação
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela	Arquitectura religiosa	Igreja	Matriz	IIP	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953.
Igreja da Misericórdia	Arquitectura religiosa	Igreja	Matriz	IIP	Decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953.
Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Vinhas, na Estrada da Ribeira Grande	Arquitectura religiosa	Igreja	Vila de Rabo de Peixe	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Paços do Concelho da Ribeira Grande	Arquitectura civil	Edifício público	Matiz	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Solar da Mafoma	Arquitectura civil	Habitação	Ribeira Seca	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Igreja e claustro do [[Convento de São Francisco da Ribeira Grande	Arquitectura religiosa	Igreja	Conceição	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Solar de Nossa Senhora do Vencimento, Rua do Vencimento s/n	Arquitectura civil	Habitação	Conceição	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Teatro Ribeiragrاندense	Arquitectura civil	Edifício público	Matiz	IIP	Resolução n.º 152/89, de 5 de Dezembro.
Casa das Calhetas, na Rua da Boa Viagem, s/n	Arquitectura civil	Habitação	Calhetas	IIM	Resolução n.º 18/93, de 11 de Fevereiro.
Sede da Sociedade Filarmónica Progresso Norte	Arquitectura civil	Edifício público	Vila de Rabo de Peixe	IIM	Resolução n.º 9/2000, de 27 de Janeiro.
Casa, ermida e teatro da Quinta de Nossa Senhora dos Prazeres	Arquitectura civil	Habitação	Pico da Pedra	IIM	Resolução n.º 174/2002, de 24 de Outubro.

VILA FRANCA DO CAMPO

Lista dos imóveis classificados no concelho de Vila Franca do Campo					
Imóvel classificado	Categoria	Tipologia	Freguesia	Grau	Ano e diploma de classificação
Igreja Paroquial de São Pedro	Arquitectura religiosa	Igreja	São Pedro	IIP	Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967.
Ermida de Santa Catarina	Arquitectura religiosa	Igreja	São Miguel	IIP	Resolução n.º 64/84, de 30 de Abril.
Ermida de Nossa Senhora da Paz	Arquitectura religiosa	Igreja	São Miguel	IIP	Resolução n.º 168/91, de 5 de Setembro, e n.º 3 da Resolução n.º 126/2004, de 9 de Setembro.
Igreja e Convento de São Francisco de Vila Franca do Campo	Arquitectura religiosa	Igreja	São Pedro	IIP	Resolução 221/96, de 26 de Setembro.
4 exemplares de dragoeiro (<i>Dracaena draco</i> L.) no lugar da Praia	Arquitectura civil	Árvore classificada	Água de Alto	IIM	Decreto Legislativo Regional n.º 8/82/A, de 14 de Junho, Decreto Regulamentar Regional n.º 30/83/A, de 22 de Julho, e alínea b) do artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto.
Olaria e forno anexo na Rua Padre Lucindo	Arquitectura civil	Instalação tecnológica	São Pedro	IIM	Resolução n.º 89/88, de 10 de Maio.

Destaca-se neste concelho o Convento de São Francisco - construção do séc. XVI, foi reformado e ampliado no séc. XVIII. Hoje é uma unidade hoteleira.

Deste modo, existe nos vários concelhos um vasto património construído, a ser preservado, com o seu reaproveitamento para outras actividades a desenvolver em prol do desenvolvimento económico e social das localidades rurais.

Património Natural

O território de intervenção da ASDEPR abrange uma diversidade de **espaços protegidos e de outras áreas naturais classificadas**. Entre os espaços protegidos, existem duas Reservas Naturais de especial relevância: Lagoa do Fogo e Ilhéu de Vila Franca do Campo.



Lagoa do Fogo

Ilhéu de Vila Franca do Campo

No que respeita a outras áreas naturais classificadas, cabe mencionar, dado o seu interesse geológico e a sua riqueza botânica e paisagística, as Reservas Florestais Naturais Parciais do Pico da Vara, Graminhais e Atalhada.

Existem, igualmente, Zonas de Protecção Especial inseridas na Rede “Natura 2000”, como o Pico da Vara e Ribeira do Guilherme e diversos Sítios de Importância Comunitária, como a Lagoa do Fogo e Caloura – Ponta da Galera.

PARQUE NATURAL DA ILHA DE S. MIGUEL

Tendo em conta o Parque Natural da ilha de S. Miguel, classificado de acordo com as categorias previstas na Portaria nº 596/2008, de 8 de Julho, existe o seguinte património natural:

Reserva Natural

- Lagoa do Fogo (2171,91 ha)
- Pico da Vara

Monumento Natural

- Caldeira Velha (13,16 ha)
- Gruta do Carvão (33,04 ha)
- Pico das Camarinhas - Ponta da Ferraria (41,95 ha)

Áreas Protegidas para gestão de habitats ou espécies

- Ilhéu de Vila Franca do Campo (87,11 ha)
- Serra de Água de Pau
- Tronqueira e Planalto dos Graminhais
- Ponta do Cintrão
- Ponta do Arnel
- Feteiras
- Ponta do Escalvado
- Ponta da Bretanha
- Faial da Terra
- Ferraria
- Lagoa do Congro

Paisagem Protegida

- Sete Cidades (2.173,43 ha)
- Furnas

Áreas Protegidas de Gestão de Recursos

- Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo
- Costa Este
- Ponta do Cintrão - Ponta da Maia
- Porto das Capelas - Ponta das Calhetas
- Ponta da Ferraria - Ponta da Bretanha

Reservas Florestais de Recreio

A floresta nos Açores, fazendo parte integrante e indissociável da paisagem açoriana, tem desempenhado, além da sua componente produtiva, um papel de grande importância no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e ambientais, promoção do recreio ao ar livre e bem estar social das populações.

A Direcção Regional dos Recursos Florestais tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, uma importante actividade no campo de lazer e recreio florestal, na perspectiva de oferecer às populações, tanto às residentes como às que nos visitam, espaços dignos de proporcionar aos seus utentes um saudável contacto com a natureza.

A prossecução desta actividade recreativo-cultural, é tarefa de constante preocupação e primordial importância para a Direcção Regional dos Recursos Florestais, na medida em que ela desempenha papel de relevo na vida daqueles que, para fugir à pressão do dia-a-dia, procuram com elevada afeição espaços onde o repouso é nota dominante.

Neste contexto, a Direcção Regional dos Recursos Florestais tem desde sempre, procurado promover a actividade de lazer em áreas florestais sob a sua administração, através da criação de **Reservas Florestais de Recreio**,

existindo actualmente na Região cerca de 26 Reservas, as quais ocupam uma área de cerca de 570 ha, distribuídas por praticamente todas as ilhas.

Considerando apenas a reserva florestal da ilha de S. Miguel, temos:

- Reserva Florestal de Recreio do Cerrado dos Bezerros
- Reserva Florestal de Recreio da Chã da Macela
- Reserva Florestal de Recreio do Viveiro das Furnas
- Reserva Florestal de Recreio do Viveiro do Nordeste
- Reserva Florestal de Recreio da Cancela do Cinzeiro
- Reserva Florestal de Recreio do Pinhal da Paz
- Reserva Florestal de Recreio de Água Retorta
- Reserva Florestal de Recreio da Fajã do Rodrigo

Estas reservas florestais de recreio, encontram-se equipadas com diversas infra-estruturas tais como:

- Parque de merendas, possuindo mesas e grelhadores;
- Área de recreio infantil, equipada por diversos equipamentos;
- Instalações sanitárias;
- Percursos físicos e de manutenção;
- Área destinada à prática de actividades desportivas;
- Miradouros;
- Cercas de animais;
- Plantação de espécies endémicas.

PATRIMÓNIO NATURAL POR CONCELHOS

A seguir, apresenta-se resumidamente o património natural mais relevante existente por concelhos do território da ASDEPR, uma vez que existe outro património natural de interesse, que possa não estar incluído nas classificações referidas anteriormente.

LAGOA

Como património natural mais relevante a salientar no concelho de Lagoa, desta-se a Reserva Florestal Natural da Atalhada, bem como a Caloura – Ponta da Galera, como Sítio de Importância Comunitária.

NORDESTE

Podemos distinguir na sua área actual duas zonas bem distintas a saber: a oriental, compreendida entre a Ribeira "Despe-te-que-Suas" e o Lombo Gordo e a ocidental entre a Ribeira da Salga e a já citada Ribeira "Despe-te-que-Suas".

A primeira é bastante montanhosa e culmina com o Pico da Vara, a maior altitude da Ilha de S. Miguel, com 1.105 m. A segunda é planáltica e contém diferenças de altitude menores que a anterior.

A zona ocidental do Concelho vista da Salga, sugere um vasto planalto emoldurado ao fundo pelo Pico da Vara.

Temperado e ameno, as diminutas oscilações térmicas entre o Inverno (média 14°C) e o Verão (22°C).

O Concelho de Nordeste localiza-se na região mais acidentada de São Miguel, onde afloram as rochas mais antigas da Ilha, com uma idade aproximada de 4 milhões de anos.

As erupções vulcânicas, nesta região, foram, essencialmente, de natureza basáltica, mas pouco explosivas, e originaram a formação de cones de escórias, actualmente muito degradados por acção da erosão, e de abundantes campos de escoadas lávicas.

As elevações de maior altitude existentes no Concelho são o Pico Redondo (980 m), o Pico Verde (927 m), o Pico Bartolomeu (887 m) e o Pico da Vara (1103 m), este último é o ponto mais alto da Ilha de São Miguel.

Percurso da Lomba da Fazenda

Percurso Nossa Senhora do Pranto

Percurso Fajã do Araújo

Planalto dos Graminhais / Pico da Vara / Salto do Cavalo

Algarvia

Foz da Ribeira do Guilherme

Terras de Nosso Senhor (Achadinha)

Serra da Tronqueira

Existe o Projecto LIFE Priolo, um dos mais importantes projectos de conservação a decorrer actualmente em Portugal e na Europa.

Este projecto, coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), tem como objectivo garantir a sobrevivência a longo prazo do Priolo e a conservação do seu habitat, a floresta primitiva de São Miguel.

O Priolo é o passeriforme mais raro da Europa. Com uma população estimada inferior a 400 aves residente na Serra da Tronqueira, na Ilha de São Miguel, é uma das aves mais raras e ameaçadas a nível mundial. Esta espécie distribuiu-se entre os concelhos do Nordeste e da Povoação, e não ocorre em mais nenhum lugar do mundo.

Em Outubro de 2003, a SPEA (BirdLife em Portugal) e os seus parceiros, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a RSPB (BirdLife no Reino Unido), a Direcção Regional dos Recursos Florestais, a Câmara Municipal de Nordeste e o Centro de Conservação e Protecção do Ambiente da Universidade dos Açores, deram início a um ambicioso projecto para tentar salvar esta espécie da extinção.

Vários objectivos foram já alcançados durante 3 anos de intenso trabalho, por exemplo:

- o alargamento da Zona de Protecção Especial (ZPE) do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme”, zona esta que foi já alargada para a área completa de distribuição do Priolo no âmbito do projecto
- a elaboração do Plano de Gestão da ZPE que irá assegurar a conservação do Priolo e do seu habitat após a conclusão do Projecto Life Priolo em 2008
- os trabalhos de recuperação da floresta nativa já permitiram controlar a infestação de plantas exóticas em mais de 85 hectares,
- a plantação de mais de 40000 exemplares de plantas nativas que irão permitir aumentar a disponibilidade de alimento para o Priolo
- a criação de 12 quilómetros de trilhos que permitem intervir em zonas muito sensíveis da serra da Tronqueira.
- a criação em média de 14 postos de trabalho anuais, sendo que durante o verão este numero chegou a atingir as três dezenas.

O desenvolvimento deste projecto já contou ao longo de 3 anos com o contributo de mais de uma centena de pessoas, entre equipa de projecto, parceiros, equipas de erradicação de exóticas, entidades governamentais, técnicos nacionais e internacionais, especialistas em diversas áreas, estagiários, voluntários, etc.

Existe ainda um Centro de Interpretação Ambiental da ZPE criado em colaboração com o Serviço Florestal do Nordeste e a Direcção Regional dos Recursos Florestais, tendo sido um projecto alvo de financiamento do programa LEADER+/ ASDEPR.

POVOAÇÃO

Por todo o Concelho se usufrui de um conjunto magnífico de paisagens, parques, miradouros, praias (inclusive uma de água tépida). A Lagoa das Furnas é, por seu turno, outro recanto ao qual não ficará indiferente pela beleza e magia que o envolve.

Peremptoriamente, ao falarmos no Concelho da Povoação, não podemos deixar de realçar que no Vale das Furnas, de acordo com os especialistas na área, se encontra a nossa maior riqueza – os recursos hidrológicos, resultantes das manifestações de vulcanismo activo que se encontram patentes nas fumarolas e nos gaisers – manifestações únicas nos Açores.

O Vale das Furnas detém 22 qualidades de águas minero-medicinais já classificadas, o que constitui em termos mundiais a maior hidrópole.

Os Povoacenses dispõem de um concelho cada vez mais desenvolvido e, conseqüentemente, atractivo. Este facto deve-se ao aproveitamento dos recursos naturais existentes por todo o concelho, mas também ao trabalho efectuado a diversos níveis, nomeadamente a nível cultural e turístico.

Deslocando-se ao nosso concelho, além das paisagens paradisíacas de que desfrutará, pode visitar o Parque Terra Nostra, ou ainda o Parque Zoológico da vila da Povoação.

Será ainda possível caminhar e estar em permanente contacto com a Natureza, através dos trilhos recuperados.

Lagoa das Furnas

A segunda maior lagoa da ilha com pequenas praias fluviais e vegetação luxuriante.

Numa das extremidades da lagoa confecciona-se o famoso cozido nas caldeiras, em buracos escavados na terra quente por acção vulcânica.

Na outra extremidade repousando sobre as areias da praia fluvial a ermida gótica, mausoléu da família José do Canto, é uma expressão arquitectónica que merece ser apreciada.

A prática de windsurf, kiaque são possibilidades a usufruir.

Parque "Terra Nostra"

Este jardim iniciado no século XVIII por Thomas Hickling e continuado mais tarde pelas famílias Praia e Monforte é um dos espectáculos mais belos da localidade constituído por um conjunto de lagos e caminhos sinuosos entre flores exóticas, e árvores centenárias. No centro uma piscina-lago cheia com uma das águas termais férreas e quentes convidam a um relaxante banho. O parque dispõe de instalações sanitárias e duchas para o efeito.

Termas

Existe nas Furnas a maior hidrópole de águas termais da Europa. Mais de 30 qualidades de água estão à sua disposição nas nascentes de água termal existentes na zona das caldeiras e termas.

É um excelente lugar para apreciar a diversidade de águas e relaxar após um almoço.

FLORA

Ao longo do percurso é possível observar as seguintes espécies: urzes (*Erica Azorica*), queirós (*Calluna vulgaris*), tomates de capucho ou rebuçados (*Physalis peruviana*), sabugueiros (*Sambucus nigra*), groselheiras (*Elaeagnus umbellata*), castanheiros (*Castanea sativa*), conteiras (*Hedychium gardneranum*), tabaqueiras (*Solanum mauritianum*), fetos arbóreos (*Sphaeropteris cooperi*), azevinhos (*Ilex perado* ssp. *Azorica*), entre outras.

Rede Trilhos da Povoação

Povoação é um concelho cada vez mais desenvolvido e este facto deve-se à aposta verdadeiramente notória que tem sido feita na área do Turismo. A recuperação de alguns trilhos surge como uma mais valia quer para os turistas, quer para a população local. Se, por um lado, se proporciona aos visitantes magníficos momentos em contacto com a Natureza, aos habitantes do concelho permite-se, além de novamente terem acesso às suas propriedades, reviver a história, uma vez que os trilhos em questão representam um marco indiscutível em termos culturais. Não esquecendo também que estamos a promover os serviços, os produtos locais e a divulgar as freguesias em questão.

Já se procedeu à homologação de todos os trilhos recuperados. Convidamo-lo a percorrer os trilhos recuperados de forma a desvendar o ambiente bucólico simplesmente fascinante que os envolve. De mão dada com as paisagens verdejantes estão os vales, as ribeiras, as quedas de águas e muito mais... um cenário verdadeiramente encantador!

Atente na caracterização geral dos trilhos acima citados e aventure-se.

Trilhos Homologados no Concelho da Povoação:

- PRC6SMI - Lagoa das Furnas
- PRC9SMI - Faial da Terra – Salto do Prego
- PR10SMI - Praia da Amora – Lobeira
- PR11SMI - Trilho da Ribeira do Faial da Terra
- PR12SMI - Trilho do Agrião
- PR13SMI - Trilho do Lombo Gordo
- PR14SMI - Trilho do Pico da Água Retorta
- PR15SMI - Trilho do Pico da Areia
- PR16SMI - Trilho do Redondo
- PR18SMI - Trilho da Vigia da Baleia
- PR22SMI - Pico do Ferro – Caldeiras da Lagoa das Furnas
- PR23SMI - Povoação – Pico da Vara

RIBEIRA GRANDE

O relevo é dominado pelo maciço vulcânico da Serra de Água de Pau, em cuja caldeira se situa a Lagoa do Fogo. As suas elevações principais são o Pico da Barrosa [947m] e o Monte Escuro [890m]. É neste último que a Ribeira Grande tem a sua nascente, sendo a linha de água com maior caudal do Concelho.

Entre a Serra de Água de Pau e o mar, e ao nível deste, situa-se uma planície onde está localizada a Cidade da Ribeira Grande.

A origem vulcânica do maciço de Água de Pau manifesta-se pela existência de fumarolas na Caldeira Velha e nas Caldeiras da Ribeira Grande, bem como por várias nascentes de água mineral: Lombadas, Gramas, Ladeira da Velha.

O litoral é caprichosamente recortado. Predominam as arribas, por vezes altas, interrompidas aqui e acolá por troços de praia, como as da Cidade da Ribeira Grande [Areal de Sta. Bárbara e Monte Verde], a dos Moinhos [Porto Formoso] e a da Viola [Lomba da Maia].

Paisagem

O Concelho da Ribeira Grande oferece aos visitantes sugestivos recantos paisagísticos. Nele o verde matizado dos campos, a alvura dos povoados, a frescura das ribeiras, a tranquilidade das lagoas e a majestade das montanhas, em fundo de mar e céu azul, misturam-se harmoniosamente numa paisagem sem igual.

Vegetação

O Concelho da Ribeira Grande é um dos mais férteis do arquipélago, apresentando uma vegetação abundante e variada.

A Serra de Água de Pau abriga uma importante reserva natural com valiosos exemplares da flora indígena, como a urze, a queiró, o louro e o cedro do mato.

O resto do Concelho está totalmente aproveitado pelo homem. Predomina a exploração agro-pecuária, a pastagem, nas terras altas, enquanto as mais baixas são dedicadas à agricultura. O domínio florestal também tem alguma importância, principalmente as matas de criptoméria, árvore originária do Japão e largamente utilizada na construção civil.

Clima

O clima é, como em todo o arquipélago, ameno e temperado marítimo. A localização do Concelho na costa norte da ilha proporciona-lhe um clima mais seco e por vezes mais fresco que o da costa sul. A temperatura média anual situa-se nos 17°C, sendo o mês de Fevereiro o mais frio [13,6°C] e o de Agosto o mais quente [21,8°C].

VILA FRANCA DO CAMPO

O Ilhéu de Vila Franca do Campo é o maior atractivo natural deste concelho. Cratera de um vulcão extinto, abriga uma piscina natural perfeitamente circular, onde se podem praticar os mais variados desportos náuticos. Na parte sul do ilhéu erguem-se dois farelhões, um mais alto do que o outro. O ilhéu e o mar envolvente são "Reserva Natural". Existe um serviço regular de barco, a partir do cais de Vila Franca, nos meses de Junho a Setembro.

A Praia de Água d'Alto, na freguesia do mesmo nome, é um dos mais concorridos areais da ilha durante a época balnear. Para além deste existem ainda os areais da Praia do Degredo, da Praia do Corpo Santo, Prainha e da Praia da Vinda d'Areia.

Como aproveitamento dos espaços naturais, há de salientar a existência da Marina da Vila Franca do Campo e o complexo turístico da Vinha d`Areia.

A Lagoa do Congro, com as suas águas de um verde escuro e envolta por um denso arvoredado, e a Lagoa dos Nenúfares, quase totalmente coberta por estas flores, merecem uma visita cuidada.

O Cerrado dos Bezerros, Parque Florestal com grande variedade de plantas e flores, mais procurado no Verão para merendas ao ar livre.

FESTIVIDADES

Apresenta-se a seguir, a lista de festividades por concelhos:

LAGOA

- Festas do Divino Espírito Santo;
- Feriado Municipal, no dia 11 de Abril;
- Festas de Santo António;
- Festival de Música Popular, primeiro Domingo de Agosto;
- Festa do Pescador, na Caloura – freguesia de Água de Pau, no fim de semana seguinte ao 15 de Agosto.

NORDESTE

Na Vila de Nordeste podem-se encontrar bons exemplos do espírito religioso e cultural do povo Nordestino, traduzindo-se nas seguintes festividades:

- Festas do Divino Espírito Santo;
- Festas do Feriado Municipal, com início no Domingo mais próximo do dia 18 de Julho, data que assinala a criação do Concelho;

POVOAÇÃO

- Festas do Divino Espírito Santo;
- Semana do Chicharro, na freguesia da Ribeira Quente, na segunda quinzena de Julho;
- Festival da Povoação em simultâneo com a Feira de Actividades Económicas, primeira semana de Agosto;
- Procissão do Senhor dos Enfermos, na freguesia das Furnas, no primeiro domingo depois da Páscoa;

RIBEIRA GRANDE

- Festas do Divino Espírito Santo;
- Festa da Flor (Primavera), em Abril;

Cortejos de Reis

É de tradição no Concelho da Ribeira Grande realizarem-se Cortejos em comemoração do Dia de Reis, no 1º Domingo de Janeiro.

Cantares às Estrelas

Os “Cantares às Estrelas” não são festividades exclusivas da Ribeira Grande.

Por iniciativa da Câmara Municipal da Ribeira Grande, na noite de 1 de Fevereiro de cada ano, a cidade nortenha é palco para um desfile de grupos, oriundos de todas as freguesias do Concelho e não só, que a ela acorrem para cantar às Estrelas.



Carnaval

Para além das habituais mascaradas de salientar a saída à rua de Marchas e Danças, especialmente, a do Pau de Fitas [Cadarços], onde, outrora, era notória a presença, unicamente, de homens, metade deles vestidos de mulheres.



Divino Espírito Santo

O *Sistema das Domingas* aplica-se a todo o Concelho da Ribeira Grande, excepto ao caso da freguesia de Rabo de Peixe. Aqui podemos falar de um Ciclo do Espírito Santo bastante *sui generis*.

Tal Ciclo estende-se do dia de Páscoa até ao dia de São Pedro. As festividades em honra do Divino Espírito Santo são três: Bandeiras, Coroas e Despensas.

Festas da Cidade

Festa de São Pedro, comemoração do Feriado Municipal, a 29 de Junho, com as típicas “**Cavalhadas de São Pedro**”, que consistem num cortejo de largas dezenas de homens trajados a rigor e montados a cavalo, comandados por um barbudo “rei” ou “maioral”, que percorre as principais ruas da cidade da Ribeira Grande, indo saudar em verso o Apóstolo, diante da porta principal da Igreja de São Pedro da Ribeira Seca, com o seu cavalo a pisar a soleira. O cortejo dá então várias voltas ao templo, enquanto as mulheres entram para cumprir as promessas.



Dia do Foral

A 4 de Agosto de 1507, por Foral de D. Manuel I, a Ribeira Grande é elevada à categoria de Vila.

Festas dos Padroeiros

Natal

Presépio Movimentado

Visitar o Presépio Movimentado do Senhor Prior Evaristo Carreiro Gouveia, que no presente se encontra em exposição, permanente, no Museu da Ribeira Grande, é tradição de longa data.

Durante o período natalício a Autarquia ribeiragrandense promove dois tipos de Concurso de Presépios: um denominado *Concurso de Presépios Prior Evaristo Carreiro Gouveia*, destinado a

particulares, e, mais recentemente, deu-se início a um *Concurso de Presépios Públicos* [no exterior] montados pelas Paróquias.

Nossa Senhora da Conceição (É o Dia das Montras na Cidade).

VILA FRANCA DO CAMPO

São João da Vila

Festa de São João (comemoração do Feriado Municipal), realizada no dia 24 de Junho, a mais tradicional de Vila Franca do Campo, com o desfile das “marchas” e canções alusivas ao Santo.

Procissão de São Miguel ou do Trabalho - Vila Franca do Campo.

Regresso à idade Média e às corporações de artesãos numa procissão em que as diversas profissões se reúnem em torno do andor do santo patrono. As opas dos participantes definem pela cor a sua profissão. Majestoso e extenso cortejo. Efectua-se no domingo seguinte a 8 de Maio.

Festa do Bom Jesus da Pedra Vila Franca do Campo. A imagem do Bom Jesus é levada durante a noite de sábado para a Igreja de São Miguel. Regressa em procissão à Igreja da Misericórdia no domingo. Realiza-se no último fim-de-semana de Agosto.

Festas do Divino Espírito Santo

Culto ao Espírito Santo, festividade comum em todos os concelhos da ilha de S. Miguel.

Outras Festividades:

- Festival da Canção Infantil “Serrote d’ Ouro”, no mês de Julho;
- Semana da Juventude, de 2 a 8 de Agosto;
- Semana do Emigrante, de 10 a 18 de Agosto;

Durante os meses de Junho a Setembro, a Câmara Municipal desenvolve um vasto programa de animação de Verão, que contempla actividades de desporto, lazer e cultura.

4.2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO (Análise SWOT)

- Síntese das Potencialidades e Constrangimentos do Território

Encontrar um rumo de desenvolvimento e um quadro de suporte estratégico a consolidação do desenvolvimento local, pressupõe um amplo trabalho de interacção com os agentes locais.

Para que a Estratégia Local de Desenvolvimento seja um instrumento conducente a resultados de sucesso, foram assumidos diferentes momentos de aproximação a realidade local, dos quais se destacam reuniões de trabalho e entrevistas com as várias entidades que compõem a direcção, recolha de informação estatística, informação disponibilizada nos sites de entidades públicas e privadas das várias localidades, bem como inquéritos às entidades parceiras do GAL.

Iremos, a seguir, apresentar as principais conclusões dos inquéritos de diagnóstico realizados às entidades parceiras do território do GAL:

Conclusões dos Inquéritos

<p>Pontos Fortes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Características de intensa actividade económica ligada ao turismo; existência de parcerias públicas ou privadas no apoio à dinamização empresarial; proximidade do Concelho de Ponta Delgada. - Existência de algumas infra-estruturas de apoio ao desporto e lazer, de interesse turístico como o Pavilhão Multiusos, a Marina, o Aquaparque; significativa expressão de uma agricultura profissional (ex: produção de leite, cultura do ananás); significativa expressão da actividade das pescas; boas acessibilidades; acesso aos incentivos do QREN; Existência de Escola Profissional; existência de Património cultural, arquitectónico e paisagístico diversificado; existência de áreas classificadas e reservas naturais; existência de parcerias vocacionadas para a gestão de serviços básicos de apoio à população; existência de saber fazer tradicional; existência de artesanato diversificado. - Produção de vinho de cheiro; Agro-pecuária. - Criação e desenvolvimento de microempresas; serviços básicos para a economia e população rural; cooperação interterritorial. - Turismo: Núcleos Museológicos, trilha pedestre, merendários, gastronomia; Agricultura: Agricultura Biológica - Importância do sector agrícola; instituições locais; paisagens/belezas naturais. - Beleza Paisagística; miradouros floridos; qualidade de vida.
<p>Pontos Fracos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não considera existir. - Sector primário a agro-alimentar depende do monocultivo da vaca; elevado peso do sector público; sector das pescas com características artesanais; tecido empresarial caracterizado por uma estrutura de pequena dimensão e deficiente capacidade de gestão e inovação; fragilidade do tecido empresarial, associativo e cooperativo; fraco espírito de empededorismo; deficientes sinergias entre o sector agro-florestal, ambiental e turístico que resulte numa intervenção integrada e sustentável; baixo nível de qualificação dos recursos humanos; baixa taxa de actividade feminina e dificuldades de inserção no mercado de trabalho; consciência limitada para as questões ambientais e de preservação dos recursos naturais; carência de equipamentos sociais e serviços de proximidade. - Acessibilidades. - Falta de escolaridade; insucesso e absentismo escolar; questões ambientais; espaços lúdicos. - A situação geográfica da R. Chã. - Emprego nas freguesias; formação dos habitantes; Infra-estruturas locais. - Distância dos grandes Centros Urbanos.
<p>Oportunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de apoios públicos para a realização de projectos por parte de entidades privadas. - Recursos naturais potenciam um turismo de qualidade; existência de reservas naturais, lagoas, zonas balneares e trilhos pedestres; existência de infra-estruturas vocacionadas para a dinamização turística, cultural e desportiva; dispõe de condições para articular as actividades agrícolas com o turismo; incentivos do QREN. - Maior investimento na área do turismo. - Diversificação de actividades não agrícolas na exploração; execução de estratégias locais de desenvolvimento. - Turismo. - Produtos regionais/marca Açores; Agro-turismo; Desenvolvimento sustentável. - Turismo; Animação; Espaços ao serviço da cultura.
<p>Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alguma sazonalidade da actividade turística; crescente concorrência no sector empresarial. - Fraco dinamismo do sector empresarial; fraco espírito de empededorismo; serviços básicos e de proximidade com algumas deficiências; sectores económicos com baixos níveis de inovação e tecnológico; lacunas na oferta de serviços em varias áreas; elevado custo dos transportes aéreos; escassez de recursos humanos especializados e com formação superior em algumas áreas; elevado número de recursos humanos com baixo nível de escolaridade/formação profissional. - Falta de investimento das entidades governamentais e locais. - Necessidade de combater flagelos sociais como a dependência do álcool e da droga. - Falta de sinalização adequada e divulgação. - Desertificação; falta de emprego; progressivo envelhecimento da população.

Para além do inquérito, com base nos conhecimentos da realidade local, documentos e dados estatísticos disponíveis, reuniões com parceiros do GAL, foi sistematizada uma matriz de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, com especial ênfase nas questões relacionadas com o desenvolvimento local.

Deste modo, em seguida apresenta-se a análise SWOT, resultante do cruzamento dos vários momentos de análise do território e de reflexão sobre as dinâmicas instaladas.

PONTOS FORTES

Agricultura (Produtos e Serviços Locais/ Artesanato)

- Solos de boa qualidade, que favorecem a produção agrícola;
- Existência de “saber fazer” tradicional no ramo alimentar e não-alimentar;
- Artesanato rico e diversificado, com utilização de recursos endógenos;
- Crescimento da fileira do chá;

Turismo

- Moradias antigas desabitadas;
- Zonas naturais de interesse turístico;

Infra-estruturas e Serviços de Apoio às Micro-Empresas

- Existência de algumas infra-estruturas de apoio ao desporto e lazer, de interesse turístico (ex: marinas, ...);
- Centros de Informática e de Tecnologias de Informação (TIC);

Cultura / Gastronomia

Património Arquitectónico Rural

- Existência de património cultural e paisagístico rico e diversificado;
- Reservas e Parques Naturais;
- Existência de património histórico e arquitectónico;
- Modos de produção tradicionais com elevado valor paisagístico e cultural associado (sebes vivas e muros de pedra);
- Existência de Escolas Profissionais;

PONTOS FRACOS

Agricultura (Produtos e Serviços Locais)

- Inexistência de circuitos e estruturas eficazes de divulgação, promoção e comercialização dos produtos;
- Fraca capacidade organizativa do sector do artesanato e insuficiente promoção dos produtos;
- Sector primário e agro-alimentar pouco diversificado, muito dependente da produção leiteira;

Comércio, Indústria e Serviços

- Estrutura empresarial caracterizada por pequena dimensão das empresas e deficiente capacidade financeira, de gestão e de inovação;

- Dependência dos centros urbanos para aquisição de bens e serviços;

Turismo

- Dificuldades na acessibilidade e na comunicação interna;
- Insuficientes sinergias entre o sector agro-florestal, ambiental e turístico, numa lógica de aproveitamento integrado;
- Degradação das habitações rurais;
- Falta de sinalização de roteiros turísticos;
- Insuficiente promoção e divulgação das potencialidades turísticas;

Infra-estruturas e Serviços Básicos de Apoio às Populações

- Carência de equipamentos sociais e de serviços de proximidade;
- Insuficientes estabelecimentos e serviços de apoio à infância e Terceira Idade;
- Serviços de saúde precários;

Infra-estruturas e Serviços de Apoio às Micro-Empresas

- Baixo nível de qualificação dos recursos humanos activos;
- Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados no concelho;
- Carência de infra-estruturas e equipamentos ao serviço das empresas (Internet, centros de novas tecnologias)
- Infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento do turismo;

Cultura

- Fragilidade do tecido associativo e cooperativo

Ambiente

- Limitada consciencialização da sociedade para as questões do ambiente e de preservação dos recursos naturais
- Insuficientes infra-estruturas de tratamento de resíduos

Formação e Informação

- Baixa taxa de actividade feminina e dificuldades de inserção no mercado de trabalho;
- Baixo nível de qualificação dos recursos humanos;

OPORTUNIDADES

Agricultura (Produtos e Serviços Locais/ Artesanato)

- Utilização de recursos endógenos para o incremento de pequenas unidades de produção de produtos locais;
- Potencial de valorização e diferenciação das produções agrícolas, por via da qualidade e da "imagem Açores";
- Produção de mais de um quarto do leite nacional, possibilitando o desenvolvimento de uma marca forte associada à qualidade e à "Imagem Açores"
- Procura crescente de produtos de qualidade e diferenciados;

Comércio, Indústria e Serviços

- Potencial de aumento da oferta de matérias-primas de qualidade para transformação;

Turismo

- Existência de lagoas, cascatas, miradouros, zonas balneares, caminhos pedestres, com grande potencial turístico;
- Articulação de turismo e agricultura;

Ambiente

- Aproveitamento de recursos hídricos, das ondas e geotérmicos;

AMEAÇAS (constrangimentos)

Agricultura (Produtos e Serviços Locais/ Artesanato)

- Distância dos restantes mercados regionais, nacionais e europeus;
- Elevado custo dos transportes;
- Risco de abandono das comunidades rurais;
- Tendência para a desertificação humana de algumas ilhas;

Comércio, Indústria e Serviços

- Crescente aprofundamento do fenómeno da globalização e das vantagens associadas à escala que tende a marginalizar os pequenos mercados, isolados, sem a capacidade de aproveitamento de rendimentos de escala e com custos acrescidos de entrada em mercados externos;
- Progressivo decréscimo de emprego;

Infra-estruturas e Serviços de Apoio às Micro-Empresas

- O não acompanhamento por parte dos sectores económicos do progresso científico e tecnológico;

No anexo II, apresenta-se a matriz do diagnóstico e definição de objectivos estratégicos.

4.3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A definição da Visão estratégica decorre da identificação das Linhas de Orientação Estratégica, correspondentes a definição de objectivos nas várias áreas de actuação e das metas que se pretende alcançar através da concretização da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento.

Deste modo, a nossa visão é a melhoria da qualidade de vida da população rural.

A Visão estratégica para o território de intervenção pode ser suportada e afirmada em torno de estratégias na seguinte linha de orientação:

Garantir uma “ruralidade” moderna, atractiva e competitiva: um “campo” de oportunidades para quem vive e quem visita.

4.3.1 Objectivos Estratégicos e Específicos

O cumprimento da Visão implica a existência de um contexto favorável, incluindo a afirmação de uma cultura integradora de desenvolvimento estratégico, que possa estender-se a todos os sectores da sociedade, em particular as empresas, instituições de ensino e formação, instituições de I&D e a administração pública.

A promoção do desenvolvimento local deverá centrar-se nas pessoas e em sectores de actividade seleccionados, com especial ênfase naqueles a que está associado um maior potencial competitivo, sejam eles sectores já perfeitamente implantados ou sectores emergentes, que possam beneficiar, para o seu crescimento, das condições favoráveis existentes localmente.

A cooperação entre entidades municipais e supramunicipais, entre empresas, administração e instituições de ensino e IDI é um factor indispensável para que se consolide uma economia de conhecimento de base regional/concelhia e se dinamize o mercado de trabalho.

Actualmente, a competitividade tem de ser equacionada através de uma perspectiva de mercado global. Como tal, a criação de redes entre empresas assume especial relevância no desenvolvimento de massa crítica. O associativismo e, ao nível local, o sinal evidente da capacidade de organização institucional em torno de um objectivo comum. Sendo o objecto de estudo um território intermunicipal, é fundamental fomentar a criação de redes entre os concelhos que o constituem e entre estes e a região envolvente.

Assim, tendo em consideração o enquadramento supramunicipal, quer no domínio das políticas públicas, quer no domínio das redes de criação e transferência de conhecimento, e as realidades locais, é possível encontrar vectores estratégicos, em torno dos quais se deve investir para criar e reforçar uma dinâmica de desenvolvimento no território de intervenção.

Para que tal suceda, importa trabalhar de modo a criar:

- Uma dinâmica intermunicipal, onde seja cultivado o espírito cooperativo e o trabalho de equipa, minimizando os problemas organizacionais e estruturais e fomentando a criação de uma identidade capaz de fortalecer o poder reivindicativo;
- Uma política pública dinâmica (ao nível local, associativo e central), capaz de responder em tempo útil as necessidades da sociedade civil e do tecido empresarial, premiando o empreendedorismo, a inovação, a criação de riqueza e a educação das suas gentes;
- Um tecido empresarial mais empreendedor e competitivo, com uma organização, produção e gestão modernizadas, atento as mudanças e tendências do mercado global e com capacidade para inovar e para trabalhar em parceria com instituições locais e supra-locais.
- Uma rede de ensino e de formação, simultaneamente, adequada a realidade e necessidades locais e aberta ao exterior, reconhecendo nesta interacção a base da qualidade formativa e a estrutura de suporte a criação de parcerias, facilitando a transferência de know-how e de tecnologia e possibilitando a inserção em redes de conhecimento nacionais e internacionais.

Deste modo, será possível obter um aumento dos rendimentos familiares, fixando a população, estimulando o desenvolvimento de novas actividades, evitando desse modo o abandono das zonas rurais.

Neste contexto, foram definidos os seguintes Objectivos Estratégicos e Específicos, por áreas e temas de intervenção:

Agricultura

- Elaborar estudos de mercado – definição do posicionamento das produções e das necessidades de inovação;
- Desenvolver planos de marketing e de construção de imagem;
- Criar sistemas de certificação e avaliação dos padrões de qualidade dos produtos;
- Monitorizar as necessidades (procura e oferta) e definição de ajustes estratégicos.
- Diversificar Actividades não Agrícolas nas Explorações:
 - Obtenção de produtos agro-alimentares transformados e embalados;
 - Divulgação e promoção de produtos agrícolas;

- Instalar pontos de venda nas explorações, para produtos artesanais;
- Dinamização actividades de recreio e lazer nas explorações;
- Criação roteiros de interpretação da natureza e da componente ambiental;
- Criação programas associados à caça;

Comércio, Indústria e Serviços

Criar e desenvolver Micro - Empresas, diversificando e contrariando a imagem pré - concebida dos grandes centros urbanos como palco único de oportunidades, criar uma rede de espaços de experimentação de ideias de negocio vocacionados para ramos de actividade considerados carenciados nas localidades (actividades não agrícolas, turismo, serviços de apoio as populações e às empresas, lazer e bem-estar, etc.)

Turismo

Domínios Estratégicos para a valorização integrada da ruralidade do território:

➤ **Recreio e Lazer**

Tendo em consideração o património natural e construído e essencial a sua valorização possibilitando o seu usufruto como espaço colectivo para os residentes e visitantes;

➤ **Turismo Temático**

Com um carácter mais sazonal, as actividades turistas neste território podem gravitar em torno de vários temas: Cultura e Paisagem, Bem-estar e Gastronomia, entre outros.

Objectivos Específicos:

- Criar e Desenvolver Empresas de turismo (alojamento, similares, ...);
- Apoiar Actividades Turísticas e de lazer;
 - Produtos e serviços turísticos associados aos conceitos de ecoturismo, turismo natureza, turismo aventura, turismo cinegético, bioturismo,
 - Imagens de marca, design e meios de divulgação e comunicação das actividades;
 - Alojamentos turísticos de Agroturismo, Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Turismo Habitação;
 - Actividades de recreio e lazer agregados a animação turística;
 - Infra-estruturas essenciais à implementação de rotas, percursos, centros de informação e sinalização turística;

Infra-estruturas e Serviços Básicos de Apoio às Populações

Na base da afirmação da estratégia de desenvolvimento local surge o território, que devera estar organizado de forma a facilitar o sucesso das apostas aqui

propostas. Quando se fala aqui em território, este compreende espaços residenciais, serviços e equipamentos, meio natural, canais de mobilidade e acessibilidade, actividades culturais, desportivas e serviços de saúde, ou seja, todos os factores que directa ou indirectamente influenciam a escolha de um espaço em detrimento de outro, para residir ou para desfrutar ocasionalmente, pela qualidade proporcionada.

Do diagnóstico elaborado para o território de intervenção, importa reter as seguintes conclusões:

- E fundamental completar e encerrar o ciclo de infra-estruturação básica em todo o território, sendo que só assim se pode garantir o compromisso geral da população para o desenvolvimento de uma estratégia focada na criação de valor, potenciando os elementos locais diferenciadores;
- O período de programação financeira que agora terminou garantiu a qualificação dos espaços rurais, construindo espaços públicos e equipamentos de qualidade, no entanto, a sua taxa de ocupação está aquém do desejável;
- A diversidade de recursos naturais e culturais, passíveis de serem valorizados no campo económico e na perspectiva do lazer e recreio, e uma vantagem competitiva;
- A proximidade e complementaridade entre o “campo” e a “cidade” e a rede de mobilidade supra-local determinam uma variedade de oportunidades e de novas lógicas possíveis para a atracção de novos habitantes e para a manutenção dos residentes com elevados padrões de qualidade de vida;
- Apesar de se verificar a existência de vários domínios de oportunidade e necessário estruturar a diversidade para que não haja desperdício de esforços e para que mais facilmente se assegure a atractividade e a competitividade desta região.
- Implementar Serviços Básicos para as populações rurais:
 - Dinamizar a animação cultural e recreativa de base local (associações locais)
 - Serviços de acompanhamento a idosos e deficientes residentes em meio rural;
 - Serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante;
 - Serviços de apoio à infância (ex: infantários e creches);

Infra-estruturas e Serviços de Apoio às Micro-empresas

- Implementar Serviços Básicos para as actividades económicas:
 - Alargar a utilização de suporte Hardware e Software, bem como de plataformas locais de ligação à Internet e videoconferência;
 - Dinamizar locais de informação e de apoio às actividades e aos potenciais investidores;

- Melhorar infra-estruturas de apoio às actividades económicas;
- Formar agentes económicos;

Património Cultural Rural

- Promover a Recuperação e Conservação do Património Rural:
 - Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (ex: espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico, tradições)
 - Promover a Recuperação e Conservação do Património Rural:
 - Preservação do património arquitectónico tradicional (exclui património histórico e monumental classificado)
 - Refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional;
 - Recuperação de construções e infra-estruturas tradicionais de acesso e delimitação das explorações agrícolas, com reconhecido valor paisagístico (ex: muros de pedra e sebes vivas,)
- Formação e Informação dos promotores dos investimentos:
 - Em temáticas de Gestão e Operacionalização: Estratégia; Recursos Humanos; Produção e Logística Associada; Comercialização e Marketing; Contabilidade e Controlling, entre outras.
 - Áreas chave de intervenção: Empreendedorismo e Dinâmica Empresarial; Produção, Transformação, Comercialização e Marketing Agro-Alimentar, Turismo (ex: hotelaria, restauração e ambiente); tecnologias e sistemas de Informação; Património Rural; Serviços Sociais, entre outras.

Medidas e Acções a Desenvolver

Tendo em consideração o diagnóstico detalhado da situação local, com base na recolha de informação e inquérito realizado, bem como o enquadramento no quadro de políticas de desenvolvimento rural, foram definidas as prioridades de intervenção, estruturadas em medidas e acções baseadas nos objectivos estratégicos anteriormente definidos.

A seguir, apresenta-se o apuramento do Inquérito realizado:

Apuramento do Inquérito

Indicação de acções e projectos concretos que as entidades parceiras gostariam de desenvolver nas suas localidades, por áreas que consideram ainda necessário intervir:

- Diversificação de actividades não agrícolas na exploração

- formação contínua dos recursos humanos associados a essas actividades económicas.
- Articulação das actividades agrícolas com o sector do turismo;
- Criação de circuitos e estruturas de promoção e comercialização dos produtos agrícolas;
- Criação de pequenas unidades de transformação de produtos agro-alimentares;
- Criação de estruturas com fins pedagógicos (ex: quinta pedagógica, centro de interpretação da natureza, etc.)
- Investimentos na área da fruticultura.
- Promoção do artesanato local e produtos alimentares, tais como, biscoitos, compotas, licores, chá
- Instalação de trilhos pedestres e implementação de roteiros.
- Desenvolvimento do Agro-turismo;
- Promoção dos produtos regionais;
- Apoios a indústrias alimentares;
- Apoios a energias renováveis.
- Apoios às micro-empresas, valorizando os recursos endógenos (capão, linguiça, porcos pretos);
- Roteiros de interpretação da natureza;
- Quintas pedagógicas;
- Promoção de produtos agro-alimentares locais.

- Criação e desenvolvimento de Microempresas

- Criação de empresas ligadas a actividades de pastelaria e doçaria;
- Apoio ao desenvolvimento tecnológico nas micro-empresas;
- Apoio à criação ou reestruturação de micro-empresas em áreas no qual o concelho seja deficitário (ex: empresas de organização de eventos, gabinetes de consultadoria, etc.)

- Criação de uma pequena empresa de economia solidária (venda de produtos caseiros).
- Criação de uma microempresa, tendo em vista a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social e a promoção de produtos locais (artesanato e a produção dos produtos alimentares).
- Novas tecnologias e comunicações;
- Pequena indústria.
- Animação e divulgação turística.

- Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural

- Criação de Postos de Turismo e de Informação aos visitantes/emigrantes.
- Construção ou reabilitação de património arquitectónico para fins turísticos;
- Criação e manutenção de trilhos pedestres;
- Criação de roteiros e circuitos turísticos com os diversos agentes locais;
- Criação e/ou dinamização dos centros de informação turística;
- Criação de empresas vocacionadas para a animação turística;
- Apoio a iniciativas e eventos de animação local turística;
- Apoio a acções de promoção e divulgação das festividades e agenda cultural das freguesias do concelho.
- Embelezamento de espaços de lazer.
- Criação de um parque de campismo,
- Desenvolvimento de turismo rural,
- Criação de um espaço de informação turística.
- Melhoria das infra-estruturas agrícolas;
- Agro-turismo;
- Turismo rural.
- Constituição de imagens de marca;
- Criação de empreendimentos turísticos em meio rural;
- Sinalética turística e informativa;
- Trilhos (recuperação e manutenção); miradouros; artesanato;
- Vilas floridas;
- Feiras gastronómicas.

- Serviços básicos para as actividades económicas

- Apoio à reabilitação do comércio e incentivos às microempresas.
- Criação de páginas Web;
- Criação de pontos de venda via internet,
- Criação de pontos de informação com acesso à internet e videoconferência.
- Criação de um posto de turismo.
- Existência de um espaço TIC na freguesia de tipologia Núcleo, com 11 computadores de acesso à Internet e biblioteca, aberto a qualquer cidadão.

- Melhoria das comunicações e serviços existentes;
- Aumento da oferta.
- Suportes de hardware, software, internet e vídeo-conferências.

- Serviços básicos para as populações rurais

- Criação de actividades de desenvolvimento social.
- Criação de oficinas de formação e de trabalho para excluídos;
- Centros ocupacionais e de orientação para deficientes;
- Criação de microempresas de assistência domiciliária.
- Criação de um posto dos CTT.
- Promoção da animação cultural e recreativa ex: criação de um grupo folclore, teatro e criação de espaço para aluguer de bicicletas, motociclos e ciclomotores.
- Formação;
- Melhorias dos serviços prestados à população.
- Apoio social, apoio á infância, idosos e deficientes; animação cultural e recreativa (Co-Geração)

- Promover a recuperação e conservação do património rural

- Apoiar projectos no âmbito da restauração e recuperação de monumentos patrimoniais.
- Apoiar projectos que valorizem o património arquitectónico e cultural do concelho e respectivas freguesias;
- Reabilitação de património degradado para fins culturais;
- Apoiar e revitalizar as tradições e festividades das localidades;
- Apoiar as entidades culturais e as suas actividades.
- Recuperação dos vários fontanários existentes.
- Reedição do livro “Subsídios para a história da Ribeira Chã” e edição de novo livro a complementar o anterior;
- Edição de um novo livro de gastronomia “Cozinha Tradicional dos Nossos Avós”.
- Incentivos à manutenção do património rural.
- Tradições culturais, património arquitectónico tradicional.

-Formação e Informação

- Acções de formação sobre empreendedorismo;
- Gestão de Negócios;
- Sensibilização Ambiental.
- Desenvolvimento de acções de formação em áreas cruciais, como no turismo, a titulo de exemplo o atendimento ao publico, de informação geográfica, histórica e socioeconómica do concelho e respectivas freguesias, na restauração, em línguas;
- Formação específica e especializada conforme as necessidades manifestadas pelos promotores aquando da apresentação da candidatura.
- Acção de formação sobre o ambiente (preservação da natureza).

- Formação adequada no âmbito dos projectos a desenvolver tais como: informática, cultural, gastronómica e turístico.
- Formação dos agricultores;
- Formação para as famílias dos agricultores.
- Empreendedorismo e dinâmica empresarial;
- Formação no turismo;
- Tecnologias e sistemas de informação.

-Outras áreas de actuação

- Formação na área da agro-pecuária.
- Sinalização adequada e actualizada ao nível da União Europeia;
- Programa intensivo de divulgação da freguesia e sua integração nos roteiros turísticos.
- Cursos de formação: Novas tecnologias, Ambiente, agricultura.
- Espaços destinados à cultura;
- Espaços lúdicos e desportivos para jovens.
- Acções de cariz mais imaterial como sejam intercâmbios pedagógicos e/ou de investigação;
- Apoio a conferências e seminários;
- Viagens de estudo que resultem sempre em mais-valias para os participantes e na divulgação e promoção dos territórios envolvidos.
- Centro de atendimento ao público.
- Criação de um espaço adequado para mostra gastronómica típica da freguesia e da região.
- Campos de férias, zonas balneares, parques de campismo, parques naturais, centros de convívio para jovens, museus etnográficos.

Assim, com base nas informações recolhidas e de acordo com a estrutura prevista no PRORURAL, apresentam-se, a seguir, as medidas e acções a desenvolver no período de 2007 a 2013:

Medidas e Acções

Eixo 3 - QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

3.1 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE EMPREGO EM MEIO RURAL

3.1.1 - Diversificação de actividades não Agrícolas na exploração

3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas

3.2 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS

3.2.1 - Serviços Básicos para a Economia e População Rurais

3.2.2 - Conservação e Valorização do Património Rural

3.3 - FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Eixo 4 - ABORDAGEM LEADER

4.1 – Execução de Estratégias Locais de Desenvolvimento

4.2 – Cooperação LEADER

4.3 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação dos Territórios

A seguir, apresenta-se detalhadamente a descrição de cada uma das Medidas e Acções:

Medida 3.1 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE EMPREGO EM MEIO RURAL

3.1.1 Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração

- Obtenção de produtos agro-alimentares transformados e embalados, em pequena escala;
- Produção de branding e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agro-alimentares locais;
- Instalação de pontos de venda, nas explorações, de produtos artesanais e agro-alimentares locais;
- Dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas, de recreio e lazer a decorrerem nas próprias explorações e/ou zonas envolventes;
- Criação de roteiros de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental envolvente às explorações;
- Criação de programas associados à caça.

3.1.2 Criação e desenvolvimento de micro-empresas

- Apoiar a criação e desenvolvimento de micro-empresas, em complemento com outras políticas e programas de apoio, desde que as actividades a desenvolver sejam consideradas inovadoras e/ou relevantes para a execução da ELD prevista para o território.

3.1.3 Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural

- Criação ou desenvolvimento de produtos e serviços turísticos, associados aos conceitos de ecoturismo, turismo natureza, turismo aventura, turismo cinegético, bioturismo, entre outros;
- Constituição de imagens de marca, elementos de design e de meios de divulgação e comunicação dos produtos e serviços turísticos ligados ao meio rural;
- Construção ou reformulação de alojamentos turísticos de pequena escala, nas tipologias de Agroturismo, Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Turismo de Habitação, Turismo Rural e campismo em espaço rural;
- Dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas, de recreio e lazer, agregados a programas de divulgação e animação turística;
- Criação de infra-estruturas de pequena escala dedicadas e essenciais à implementação de rotas, percursos e sinalética de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental, agregadas a programas de divulgação e animação turística, bem como infra-estruturas associadas a centros de informação turística e à sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido.

Medida 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais

3.2.1 Serviços Básicos para a Economia e População Rurais

Implementação de **Serviços Básicos para as Actividades Económicas:**

- Alargamento da utilização de suportes de hardware e software, bem como de plataformas locais de ligação à Internet e videoconferência;
- Dinamização de locais de informação e de apoio às actividades e aos potenciais investidores e visitantes do meio rural;
- Melhoria das Infra-estruturas locais de apoio às actividades económicas, através de investimentos públicos de pequena escala.

Implementação de **Serviços Básicos para as Populações Rurais:**

- Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais;
- Serviços de acompanhamento a idosos e deficientes residentes em meio rural
- Dinamização de serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante;

- Criação e/ou desenvolvimento de serviços de apoio à infância (ex: infantários e creches)

3.2.2 Conservação e Valorização do Património Rural

Pretende promover a recuperação e conservação do património rural, designadamente:

- Preservação do património arquitectónico tradicional (excepto património histórico e monumental classificado);
- Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (ex: espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico, tradições tauromáquicas);
- Recuperação de construções e infra-estruturas tradicionais de acesso e delimitação das explorações agrícolas, com reconhecido valor e interesse patrimonial e paisagístico (ex: muros de pedra e sebes vivas);
- Refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional;

Medida 3.3 - Formação e Informação

Formação e informação dos promotores dos investimentos, em particular no local de trabalho, em várias áreas temáticas:

- Gestão e Operacionalização de iniciativas e projectos, como sejam: estratégias; recursos humanos; produção e logística associada; comercialização e marketing; e/ou contabilidade e controlling, entre outros...
- Áreas-chave de intervenção, como sejam: empreendedorismo e dinâmica empresarial; produção, transformação, comercialização e marketing agro-alimentar; turismo (ex: hotelaria, restauração e ambiente); tecnologias e sistemas de informação; património rural; serviços sociais....

BENEFICIÁRIOS

De acordo com o previsto no PRORURAL, os beneficiários para as Medidas do EIXO 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia, são as pessoas singulares ou colectivas de direito privado, autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), parcerias privadas ou público-privadas (maioritariamente privadas), IPSS e ONG.

No entanto, a regulamentação das acções do Eixo 3, será definida em legislação específica, ainda não publicada.

EIXO 4 – Abordagem LEADER

O Eixo 4 será operacionalizado através das seguintes medidas e respectivas acções:

Medida 4.1 - Execução de Estratégias Locais de Desenvolvimento

Engloba a gestão das Medidas 3.1, 3.2 e 3.3, referidas anteriormente.

Medida 4.2 - Cooperação LEADER

4.2.1 Cooperação Interterritorial

Esta acção tem como objectivo promover a criação e desenvolvimento de Projectos de Cooperação entre diferentes territórios rurais abrangidos pela abordagem LEADER, prioritariamente numa óptica inter-ilhas e, complementarmente, entre os Açores e os territórios rurais da Madeira e do Continente.

4.2.2 Cooperação Transnacional

Esta acção tem como objectivo promover a criação e desenvolvimento de Projectos de Cooperação entre diferentes territórios rurais nos Açores e territórios rurais do espaço da UE ou de Países Terceiros.

Os GAL deverão apresentar, em conjunto com a ELD, as áreas temáticas em que pretendem desenvolver projectos de cooperação, os objectivos a alcançar e a mais valia para o território resultante da concretização da cooperação.

Posteriormente, mediante convites públicos feitos pela Autoridade de Gestão (semestralmente), os GAL apresentarão pré-candidaturas.

Medida 4.3 - FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

- Funcionamento dos GAL em tudo aquilo que se prende com a estrutura de recursos humanos, técnicos, operacionais e financeiros necessária para assegurar a concretização dos trabalhos associados à preparação, gestão e acompanhamento da ELD, incluindo a formação dos técnicos das estruturas de apoio técnico;
- Realização de estudos relativos aos territórios-alvo da “Abordagem Leader”, divulgação de informação quantitativa e qualitativa, destinados à apresentação da estratégia de desenvolvimento local a sustentar na ELD;
- Captação e formação de animadores locais e promoção de actividades de divulgação das estratégias de desenvolvimento local.

Esta medida está regulamentada pela Portaria nº 66/2008, de 8 de Agosto.

4.3.2 Efeitos Esperados, Indicadores de Resultado e de Impacto

A estratégia de desenvolvimento que se propõe para o território assume as singularidades locais como vantagens comparativas para o desenvolvimento, dando especial ênfase a multiplicidade de realidades nele existentes. Pretende-se, portanto, enfatizar as mais-valias associadas ao contexto socio-económico dos concelhos de intervenção e tirar partido destas para a promoção da competitividade e dinamização do tecido económico. As palavras de ordem são inovar, criar e vitalizar num espaço de desenvolvimento económico, criação de emprego e transferência de novos conhecimentos e competências.

De acordo com o conhecimento das dinâmicas e da estratégia de desenvolvimento local que se pretende concretizar no Território de intervenção, foram definidos indicadores de sucesso, para permitir estabelecer objectivos e monitorizar o sucesso de implementação da referida estratégia.

Definida a bateria de indicadores, e identificada uma matriz de impactos que se relacionam com as linhas de orientação estratégica propostas para a ELD, ilustrando o impacto que a evolução temporal de cada indicador vai reflectir sobre o sucesso da implementação das linhas de orientação estratégica.

A concretização da Visão e das linhas de orientação estratégica apontadas depende da mobilização de recursos em três domínios de acção: pessoas, sectores estratégicos e infra-estruturas, sendo evidente que o sucesso da ELD depende da capacidade de os organizar em torno de objectivos e projectos mobilizadores, conducentes a resultados convenientemente monitorizados, alimentadores de ciclos de melhoria.

No anexo III, apresenta-se a Matriz de Enquadramento Lógico da ELD, com indicadores por objectivos, metas e a interligação com as medidas e acções do LEADER-PRORURAL.

4.3.3 Articulação com as orientações estratégicas e outros programas com incidência no território

Em paralelo com a abordagem ao território em análise, a definição de uma estratégia de desenvolvimento local tem de ser articulada com as estratégias de desenvolvimento supra-locais, garantindo a coerência da programação proposta.

Tendo em consideração este pré-requisito, foram sistematizados os documentos de política regional e nacional, mais relevantes para a concretização da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento para o Território, nomeadamente:

- PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL - DESENVOLVIMENTO RURAL

- QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013

“O Quadro de Referência Estratégico Nacional assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.” QREN 2007-2013.

O QREN assume como prioridades estratégicas a promoção da qualificação dos portugueses, a promoção do crescimento sustentado, a garantia da coesão social, a qualificação do território e das cidades e o aumento da eficiência da governação. A consagração destas orientações e princípios na organização operacional do QREN concretiza-se pelo estabelecimento de Agendas Operacionais Temáticas - potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território, que configuram uma racionalidade comum entre as intervenções financiadas pelos Programas Operacionais (PO) Temáticos e pelos PO Regionais.

- PROPESCAS

- PROCONVERGÊNCIA

- PRO-EMPREGO

Deste modo, a visão e as linhas de orientação estratégica estabelecem-se em estreita correlação com as políticas nacionais e regionais, assegurando o alinhamento com as metas de desenvolvimento definidas à escala supra-local e para as quais devem contribuir.

4.3.4 Acções de Cooperação

O GAL tem experiência na realização de diversos projectos de cooperação no âmbito do LEADER II e LEADER+, pretendendo continuar a desenvolver outros projectos no âmbito do Leader-Prorural para o período de 2007-2013.

Experiência em Parcerias Interterritoriais

A ASDEPR tem construído várias parcerias ao longo dos anos, que envolveram não só os seus próprios associados mas também outras entidades públicas e privadas, entre as quais:

- Associações Leader dos Açores (ARDE, GRATER e ADELIAÇOR), Madeira e Portugal Continental;
- Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário
- Direcção Regional do Turismo
- PPART - Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Micro empresas Artesanais
- Centro Regional de Apoio ao Artesanato (Organização do I Simpósio de Artes e Ofícios; Concurso do bordado antigo; Execução desdobrável promoção/divulgação do artesanato dos Açores; Projecto Magna Mater - O Design no Artesanato)
- Várias Escolas da zona de Intervenção (projectos: “Feliz na Escola”)
- Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada
- Universidade dos Açores - Departamento de Economia (realização de seminário sobre Engenharia Financeira e o Desenvolvimento Local)
- Universidade de Aveiro (curso de designer)

Em parceria com os restantes GAL dos Açores foi criada a “Loja de Produtos dos Açores”, localizada em Lisboa, com a valência de cabimentar uma estrutura de suporte técnico e logístico de apoio à animação e dinamização da comercialização de produtos locais em ambiente urbano, junto dos potenciais consumidores.

Foi ainda desenvolvido o projecto Magna Mater, bem como diversos projectos de participação em feiras a nível nacional e internacional.

Experiência em Parcerias Transnacionais

Para além de parcerias com entidades nacionais, a ASDEPR realizou uma parceria transnacional com a Itália - Sicília e o Norte de Portugal, na área da agricultura biológica.

Participou ainda em diversas feiras internacionais de Agricultura Biológica, bem como publicação publicou um roteiro de produtores biológicos em conjunto com os restantes parceiros.

A ASDEPR aderiu ao CLUB BIORED, parceria transnacional entre entidades gestoras do PIC Leader II e Leader+ de Portugal e Espanha, com o objectivo de promover e preservar os espaços naturais dos territórios envolvidos, bem como os produtos e serviços que caracterizam a cultura local, nomeadamente o turismo em meio rural, o artesanato e os produtos agro-alimentares.

Foi desenvolvido ainda o projecto “Brincar para Aprender”, em parceria com entidades nacionais e internacionais.

Acções de Cooperação a desenvolver

Considerando a experiência adquirida com os projectos já desenvolvidos, a ASDEPR pretende continuar a desenvolver acções de cooperação no âmbito da Medida 4.2 do PRORUAL, nomeadamente no que se refere a:

- **Cooperação Interterritorial**
Criação e desenvolvimento de projectos de cooperação entre diferentes territórios rurais abrangidos pela abordagem LEADER, prioritariamente numa óptica inter-ilhas e, complementarmente, entre os Açores e os territórios rurais da Madeira e do Continente.
- **Cooperação Transnacional**
Criação e desenvolvimento de projectos de cooperação entre diferentes territórios rurais abrangidos pela abordagem Leader nos Açores e territórios rurais do espaço da EU e de Países Terceiros.

Objectivos

- Promover a valorização dos territórios rurais e a consolidação do seu tecido económico, social, cultural e ambiental, através do reconhecimento das vantagens da cooperação ao nível regional, nacional e transnacional;
- Incrementar a promoção e valorização dos territórios rurais açorianos no contexto nacional e internacional, no que concerne a acções que visem a diversificação da economia e a criação de emprego em meio rural, a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e o esforço da formação, informação e aquisição de competências nas zonas rurais.

Áreas Temáticas

Áreas Temáticas	Objectivos da Cooperação	Mais Valia para o Território	Objectivos Estratégicos do PDL
Promoção dos Produtos Rurais	Aumentar a comercialização de produtos no exterior dos territórios de intervenção	Crescimento da economia local	Promover os produtos locais
Tecnologias como instrumento para o desenvolvimento rural	Aquisição de competências nas novas tecnologias de informação	Aumentar o número de ligações à Internet	Criar serviços de apoio às empresas e à população
Espaços Naturais e Bioturismo	Criar redes entre vários territórios com Espaços naturais protegidos	Promoção do património natural, dos produtos e serviços que caracterizam a cultura local	Desenvolver novas actividades e empresas ligadas ao turismo e lazer
Energias Alternativas nos Espaços Rurais	Aquisição de competências	Preservação do meio ambiente	Criar pequenas Infraestruturas de apoio às empresas e à população

4.4 PLANO FINANCEIRO

A - Plano Financeiro por Medidas e Fontes de Financiamento para o Período de 2007-2013

(ORÇAMENTO TOTAL DO PRORURAL)

Medidas e Acções do PRORURAL	FEADER		DESPESA PUBLICA		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMP.	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
3.1 - Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural	6.100.000	33%	7.176.471	33%	6.705.882	51%	13.882.353	39%	85%	52%
3.1.1 - Diversificação de actividades não agrícolas na exploração	1.200.000	6%	1.411.765	6%	941.176	7%	2.352.941	7%	85%	60%
3.1.2 - Criação e desenvolvimento de Micro-Empresas	3.100.000	17%	3.647.059	17%	3.647.059	28%	7.294.118	21%	85%	50%
3.1.3 - Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural	1.800.000	10%	2.117.647	10%	2.117.647	16%	4.235.294	12%	85%	50%
3.2 - Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais	7.922.884	42%	9.321.040	42%	6.214.027	47%	15.535.067	44%	85%	60%
3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais	3.211.442	17%	3.778.167	17%	2.518.778	19%	6.296.945	18%	85%	60%
3.2.2 - Conservação e valorização do património rural	4.711.442	25%	5.542.873	25%	3.695.249	28%	9.238.122	26%	85%	60%
3.3 - Formação e Informação	600.000	3%	705.882	3%	-	0%	705.882	2%	85%	100%
4.1 - Execução de Estratégias locais de Desenvolvimento (3.1 + 3.2 + 3.3)	14.622.884	78%	17.203.393	78%	12.919.909	98%	30.123.302	86%	85%	57%
4.3 - Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios	3.300.000	18%	3.882.353	18%	-	0%	3.882.353	11%	85%	100%
Custos de Funcionamento	2.475.000	75%	2.911.765	75%			2.911.765	75%	85%	100%
Aquisição de Competências, Animação e Promoção	825.000	25%	970.588	25%			970.588	25%	85%	100%
Total 4.1 + 4.3	17.922.884	96%	21.085.746	96%	12.919.909	98%	34.005.655	97%	85%	62%
4.2 - Cooperação LEADER	800.000	4%	941.176	4%	235.295	2%	1.176.471	3%	85%	80%
4.2.1 - Cooperação Interterritorial	600.000	3%	705.882	3%	176.471	1%	882.353	3%	85%	80%
4.2.2 - Cooperação Transnacional	200.000	1%	235.294	1%	58.824	0%	294.118	1%	85%	80%
Total da ELD	18.722.884	100%	22.026.922	100%	13.155.204	100%	35.182.126	100%	85%	63%

A1 - Plano Financeiro por Medidas e Fontes de Financiamento para o Período de 2007-2013

(Total PRORURAL repartido por 4 GAL)

Medidas e Acções do PRORURAL	FEADER		DESPESA PUBLICA		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMP.	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
3.1 - Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural	1.525.000	33%	1.794.118	33%	1.676.471	51%	3.470.588	39%	85%	52%
3.1.1 - Diversificação de actividades não agrícolas na exploração	300.000	6%	352.941	6%	235.294	7%	588.235	7%	85%	60%
3.1.2 - Criação e desenvolvimento de Micro-Empresas	775.000	17%	911.765	17%	911.765	28%	1.823.529	21%	85%	50%
3.1.3 - Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural	450.000	10%	529.412	10%	529.412	16%	1.058.824	12%	85%	50%
3.2 - Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais	1.980.721	42%	2.330.260	42%	1.553.507	47%	3.883.767	44%	85%	60%
3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais	802.861	17%	944.542	17%	629.695	19%	1.574.236	18%	85%	60%
3.2.2 - Conservação e valorização do património rural	1.177.861	25%	1.385.718	25%	923.812	28%	2.309.530	26%	85%	60%
3.3 - Formação e Informação	150.000	3%	176.471	3%	-	0%	176.471	2%	85%	100%
4.1 - Execução de Estratégias locais de Desenvolvimento (3.1 + 3.2 + 3.3)	3.655.721	78%	4.300.848	78%	3.229.977	98%	7.530.825	86%	85%	57%
4.3 - Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios	825.000	18%	970.588	18%	-	0%	970.588	11%	85%	100%
Custos de Funcionamento	618.750	75%	727.941	75%			727.941	75%	85%	100%
Aquisição de Competências, Animação e Promoção	206.250	25%	242.647	25%			242.647	25%	85%	100%
Total 4.1 + 4.3	4.480.721	96%	5.271.436	96%	3.229.977	98%	8.501.414	97%	85%	62%
4.2 - Cooperação LEADER	200.000	4%	235.294	4%	58.824	2%	294.118	3%	85%	80%
4.2.1 - Cooperação Interterritorial	150.000	3%	176.471	3%	44.118	1%	220.588	3%	85%	80%
4.2.2 - Cooperação Transnacional	50.000	1%	58.824	1%	14.706	0%	73.530	1%	85%	80%
Total da ELD	4.680.721	100%	5.506.731	100%	3.288.801	100%	8.795.532	100%	85%	63%

B - Plano Financeiro por Fontes de Financiamento e por Anos para o Período de 2007-2013 para a medida 4.1

(Total PRORURAL repartido por 4 GAL)

Anos	FEADER		DESPEZA PUBLICA		DESPEZA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMP.	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
2007	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
2008	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
2009	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
2010	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
2011	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
2012	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
2013	522.246	14%	614.407	14%	469.829	14%	1.084.236	14%	85%	57%
Total da ELD	3.655.721	100%	4.300.848	100%	3.288.801	100%	7.589.649	100%	85%	57%

C - Plano Financeiro por Fontes de Financiamento e por Anos para o Período de 2007-2013 para a medida 4.3

(Total PRORURAL repartido por 4 GAL)

Anos	FEADER		DESPEZA PUBLICA		DESPEZA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
2008	50.000	6%	58.824	6%			58.824	6%	85%	100%
2009	155.000	19%	182.353	19%			182.353	19%	85%	100%
2010	155.000	19%	182.353	19%			182.353	19%	85%	100%
2011	155.000	19%	182.353	19%			182.353	19%	85%	100%
2012	155.000	19%	182.353	19%			182.353	19%	85%	100%
2013	155.000	19%	182.353	19%			182.353	19%	85%	100%
Total da ELD	825.000	100%	970.588	100%	-	0%	970.588	100%	85%	100%

4.5 DISPOSITIVOS DE EXECUÇÃO DA ELD

A ASDEPR possui os mecanismos e dispositivos adequados para acompanhar a execução da ELD, nomeadamente no que se refere a:

a) Dispositivos e procedimentos de envolvimento e participação dos parceiros na execução da ELD.

A elaboração da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento, apresentada pela ASDEPR, envolveu um trabalho de parceria que consistiu na participação activa de alguns parceiros e na recolha e consulta de dados de entidades oficiais ligadas ao desenvolvimento da Região.

O trabalho desenvolveu-se, fundamentalmente, através da participação e realização de reuniões com os parceiros membros da Direcção da ASDEPR, bem como através de inquérito aos associados, que permitiram recolher diversas informações e sugestões para a elaboração da ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento.

Na implementação do Programa LEADER-PRORURAL, pretende-se assegurar a participação dos parceiros quer no acompanhamento da sua execução, quer no processo de decisão, através do Órgão de Gestão.

O órgão de Gestão, constituído pelos parceiros representativos da realidade sócio-económica da ZI, terá uma participação activa na apreciação e decisão de aprovação, bem como no acompanhamento da implementação das candidaturas, conforme previsto no Regulamento Interno.

b) Organização do GAL para assegurar as actividades de animação e de acompanhamento da ELD.

Com o objectivo de promover localmente a Iniciativa LEADER-PRORURAL é da competência da entidade local desenvolver acções de divulgação e informação, por forma a que seja acessível a todos os potenciais interessados.

Para o efeito, deverão ser utilizados os meios disponíveis, como a escrita, contactos pessoais e a electrónica, designadamente as seguintes acções:

- utilizar os meios de comunicação locais para publicitar a iniciativa, dando a conhecer as suas características, objectivos e regulamento;
- organizar sessões de informação e divulgação por concelhos e freguesias, por forma a dinamizar as capacidades locais, envolvendo directa ou indirectamente a população no desenvolvimento da ZI;
- publicitar os prazos de apresentação das candidaturas, dando condições de igualdade a todos os promotores;
- realizar material informativo sobre o LEADER-PRORURAL, para a ZI da ASDEPR, como brochuras, desdobráveis que serão distribuídos nas sessões de esclarecimento e outras acções públicas;
- realização de spot televisivo com carácter informativo;
- criação de uma página da Internet, onde estará disponível toda a informação nomeadamente: Regulamento Interno de Gestão e formulários de candidatura.

c) Dispositivos técnico-administrativos para a análise e selecção dos projectos, assegurando a independência do seu posterior acompanhamento.

O processo de candidatura inicia-se com um primeiro contacto entre o potencial beneficiário e a ASDEP, sendo fornecido ao promotor um formulário de candidatura, elaborado pela entidade local, acompanhado do Regulamento Interno de Gestão e da listagem dos documentos a anexar ao formulário.

No Regulamento Interno de Gestão, estarão explícitos todos os direitos e deveres do promotor e da entidade gestora, bem como as normas de selecção, implementação e execução dos projectos LEADER-PRORURAL.

A análise dos projectos efectuar-se-á num prazo estabelecido no Regulamento Interno de Gestão, sendo obrigatória não só uma apreciação dos documentos e verificação da sua veracidade, bem como uma visita ao local onde será desenvolvido o projecto, se for o caso. Posteriormente, a equipa técnica deverá elaborar um parecer sobre a candidatura, tendo em conta vários aspectos, tais como:

- natureza do projecto
- capacidade do promotor para implementar a iniciativa
- impacto e prioridade do projecto para o local
- cumprir com os critérios de selecção definidos e estabelecidos no Regulamento Interno de Gestão.

Sempre que necessário, a entidade deverá solicitar pareceres a entidades exteriores e ligadas à natureza do projecto, para sustentar e justificar o parecer da entidade local.

A equipa técnica deverá apresentar os pareceres ao Órgão de Gestão que, com base nestes e nos critérios de selecção, fará a sua apreciação e tomará a decisão de aprovação ou reprovação das candidaturas.

Todas as decisões do Órgão de Gestão serão fundamentadas e assinadas pelos seus elementos.

A aprovação dos projectos implicará a celebração de um contrato escrito entre o promotor e a entidade local, onde estarão definidos os direitos e obrigações de ambos os outorgantes.

No caso dos projectos da própria entidade gestora do Programa LEADER - PRORURAL, estes deverão ser submetidos à apreciação e aprovação pelo

Órgão de Gestão, tal como as restantes candidaturas, por forma a garantir à partida uma situação de igualdade.

Por outro lado, está assegurada a segregação de funções da ETL, entre o processo de análise e pagamento dos projectos, existindo sempre no mínimo 2 técnicos no GAL, de modo a que o técnico que analisar uma candidatura não será o mesmo que analisa o respectivo pedido de pagamento.

d) Acções e instrumentos previstos para o acompanhamento da ELD, em particular a monitorização dos projectos aprovados

O sistema de acompanhamento e controlo tem por objectivo garantir uma correcta implementação, no terreno, da ELD e do Regulamento Interno da ASDEPR. Neste sentido, serão colocadas em prática, por parte da equipa técnica, sob orientação do Órgão de Gestão, algumas acções de acompanhamento aos promotores e seus projectos, que ajudarão a efectuar um controlo preciso da aplicabilidade do subsídio atribuído.

Este acompanhamento será realizado através de contactos assíduos com os promotores, que poderão ser de diferente natureza, conforme o tipo de projectos, nomeadamente: troca de correspondência a solicitar informações; visitas ao projecto nas diferentes fases de execução; participação nas actividades desenvolvidas pelo promotor; pedido de documentação fotográfica; entre outras.

De todas as visitas de acompanhamento, será elaborado um pequeno relatório com o ponto de situação do projecto.

Haverá momentos cruciais para efectuar as visitas, sobretudo as que têm como objectivo a verificação *in loco* da documentação financeira (recibos e facturas) apresentada nos pedidos de pagamento.

Será elaborado um dossier onde constará toda a informação relativa ao projecto e que estará disponível para consulta.

A nível interno, a Associação também deverá ter todo um dispositivo de gestão e controlo de projectos que lhe permita ter a situação de execução e implementação da ELD sempre actualizada. Neste sentido, será fundamental um bom sistema informático, uma contabilidade organizada de acordo com o POC e adequada às exigências e especificidades do Programa.

Foi criado pela Autoridade de Gestão o sistema de informação e-rural, que consiste numa base de dados que permitirá uma recolha e tratamento de dados sobre a divulgação, implementação e execução do LEADER-PRORURAL nos territórios seleccionados.

Através deste sistema informático, será possível criar um circuito de informação interno e externo, que facultará o acesso a dados sempre actualizados e necessários à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do LEADER-PRORURAL e que permitirá que todos os GAL e o Organismo Intermediário estejam interligados e possuam um sistema informático comum.

e) Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da ELD

Dada a importância de avaliar o grau de correcção e eficácia com que a Associação de Desenvolvimento Local está a desenvolver a sua actividade, bem como os promotores na realização dos seus projectos, poderá ser criado um sistema de avaliação a dois níveis:

- auto-avaliação
- avaliação externa.

No primeiro caso, a Associação deverá definir uma metodologia que permita fazer a sua auto-avaliação no decorrer da implementação do LEADER-PRORURAL.

A auto-avaliação deverá abranger diversos aspectos, entre eles:

- confronto entre os resultados previstos e os resultados obtidos na aprovação e execução dos projectos;
- adequação da ELD às intenções de candidatura;
- devido acompanhamento aos promotores e projectos;
- qualidade da divulgação do Programa na zona de intervenção.

No segundo caso, será uma entidade externa que efectuará um estudo de avaliação sobre: a actividade da associação; aspectos específicos do programa e sua aplicação na ZI e impacto no desenvolvimento local.

Por outro lado, a associação estará disponível para colaborar nos estudos de avaliação levados a cabo pela Autoridade de Gestão.

f) Acções de animação e promoção do território

Para animação e promoção do território prevê-se a realização de várias iniciativas que passam por:

- organizar sessões de informação e divulgação por concelhos e freguesias, por forma a dinamizar as capacidades locais,
- publicitar os prazos de apresentação das candidaturas, dando condições de igualdade a todos os promotores;
- realizar material informativo sobre o LEADER-PRORURAL, para a ZI da ASDEPR, como brochuras, desdobráveis que serão distribuídos nas sessões de esclarecimento e outras acções públicas;
- realização de spots televisivos com carácter informativo e promocional da zona de intervenção;
- criação de uma página da Internet, onde estará disponível toda a informação do território: potencialidades, produtos e serviços locais, informações à população, etc.
- Realização de feiras e exposições com produtos rurais das diversas localidades do território abrangido.

g) Acções a realizar e meios a utilizar para publicitar a ELD dentro do território e para difundir os seus resultados

Para publicitar a ELD nos vários concelhos do território abrangido, prevê-se a realização de várias acções e utilização dos seguintes meios:

- utilizar os meios de comunicação locais para publicitar a iniciativa, as acções e projectos a desenvolver;
- organizar sessões de informação presenciais por Técnicos da ASDEPR, nos vários concelhos e freguesias;
- publicitar os prazos de apresentação das candidaturas, dando condições de igualdade a todos os promotores;
- realizar material informativo sobre o LEADER-PRORURAL, para a ZI da ASDEPR, como brochuras, desdobráveis que serão distribuídos nas sessões de esclarecimento e outras acções públicas;
- realização de spots televisivos com carácter informativo e promocional da zona de intervenção;
- criação de uma página da Internet, onde estará disponível toda a informação do território: potencialidades, produtos e serviços locais, informações à população, etc.

h) Áreas de formação previstas como necessárias para os elementos da ETL

Aos elementos da ETL será proporcionada formação nas áreas de Gestão Financeira, Marketing, Informática, Animação Social, entre outras áreas de formação necessárias à execução da ELD.

i) Adequada separação da medida 4.3 entre os custos de funcionamento da ETL e as despesas previstas para a aquisição de competências (acções de formação para a ETL), animação e promoção do território e da ELD

Para o funcionamento do GAL prevê-se o valor de 75% do orçamento da medida 4.3, considerando o financiamento das despesas que se prendem com a estrutura de recursos humanos, técnicos, operacionais e financeiros necessária para assegurar a concretização dos trabalhos, estudos, associados à preparação, gestão e acompanhamento da ELD.

No que respeita à aquisição de competências e animação, será afecto o valor de 25% do orçamento da medida 4.3, para financiar os custos com formação dos técnicos, actividades de animação, promoção e divulgação de informação sobre as estratégias de desenvolvimento local a desenvolver no LEADER-Prorural.

j) Avisos de abertura de períodos de entrega de candidaturas, quando aplicável.

O Órgão de Gestão irá fixar a data de abertura da entrega das candidaturas, após a publicação da regulamentação específica das medidas do Eixo 3 do PRORURAL, prevendo-se a entrega de candidaturas de forma contínua durante a vigência do programa Leader-Prorural, sem prejuízo de outras orientações que venham a ser propostas pela Autoridade de Gestão.

**Anexo I - Indicadores de Caracterização
Socioeconómica do Território**

Anexo II - Objectivos Estratégicos

Anexo III - Matriz de Enquadramento Lógico da ELD